

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**COMPLEXO AVÍCOLA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: EM
BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE INTEGRAÇÃO
POLITICAMENTE EQUILIBRADA E ECONOMICAMENTE JUSTA**

MANUELA FRANCO DE CARVALHO DA SILVA PEREIRA

FLORIANÓPOLIS - SC

SETEMBRO DE 2008

MANUELA FRANCO DE CARVALHO DA SILVA PEREIRA

**COMPLEXO AVÍCOLA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: EM
BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE INTEGRAÇÃO
POLITICAMENTE EQUILIBRADA E ECONOMICAMENTE JUSTA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas,
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas,
Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal
de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Clarilton E. D. Cardoso Ribas

FLORIANÓPOLIS - SC

2008

Pereira, Manuela Franco de Carvalho da Silva

Complexo avícola no Extremo Oeste Catarinense: em busca de uma nova forma de integração politicamente equilibrada e economicamente justa / Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira – Florianópolis, 2008.

x, 106 f.:il., grafs.; tabs.

Orientador: Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) –
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 89- 92.

1. Integração vertical
2. Avicultura
3. Cooperativismo
4. Relevância produtiva
5. Movimentos sociais do campo
5. Desenvolvimento agroindustrial.

TERMO DE APROVAÇÃO

MANUELA FRANCO DE CARVALHO DA SILVA PEREIRA

COMPLEXO AVÍCOLA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE INTEGRAÇÃO POLITICAMENTE EQUILIBRADA E ECONOMICAMENTE JUSTA

Dissertação aprovada em 30 de setembro de 2008, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Clarilton E. D. C. Ribas
Orientador

Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Marília Terezinha S. Padilha
Presidenta (PGA/CCA/UFSC)

Prof^ª. Dr^ª Claire Cerdan
Membro (CSE/UFSC)

Prof^ª Dr^ª Valeska Nahas Guimarães
Membro (PGA/CCA/UFSC)

Florianópolis, 30 de setembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que acompanha, mesmo à distância, cada passo nessa tortuosa trajetória. À minha mãe e meu pai pelo exemplo, irmão e irmã pelos atalhos.

Ao grande mestre, amigo, orientador Clarilton Ribas, por apresentar e compartilhar um mundo novo. À sua família, Berna e Luiza, por abrirem as portas e sorrisos mesmo nos feriados de sol.

Aos agricultores da COOPERUNIÃO que compartilharam seu cotidiano em vários momentos, especialmente à Tatiane, Markus e Maria pela presteza em nos receber sempre. Aos pequenos agricultores que abriram suas portas com muita gentileza. Gente que trabalha arduamente sem reconhecimento e sem perder a graça.

Ao maravilhoso coletivo do LECERA, espaço de muito aprendizado e construção, especialmente Fernanda Savicki (nossa chefe!), Gabriela Fonseca (na alegria e na tristeza), Estevan Muñoz (sempre nosso!) e Aline Korosue por todo apoio.

Às equipes técnicas da COOPEROESTE e da AEPAC por prestarem inestimável suporte para elaboração desta pesquisa. Ao LETA, que através do Residência Agrária proporcionou o conhecimento e a estada na região.

Às grandes companheiras do meu refúgio ilhéu: Carolina Bortolli, Gabriela Nanni, Natália Adan, Natália Cruz e Daniela Lombardi. Por compartilharem de muitas alegrias aos desesperos! Aos imprescindíveis "externos" que completam esse receptivo lar: Drauzio Annunziato, Dona Sílvia e Arthur Müller, obrigada pelo apoio e empurrões!

Aos amigos que inusitadamente surgiram em minha vida e dividiram muitos momentos dessa passagem pela ilha. Aos grandes camaradas pelo apoio e compreensão nas ausências, pelo exemplo de garra, criatividade, coerência e juventude na construção rumo ao novo horizonte. A Marcelos Alves, Sandra Dalmagro e Wolney Carvalho pela valiosas contribuições.

Aos vários colegas do PGA (dos quatro cantos de Nuestra America e de todos nossos Brasis) pelos bons momentos de troca; especialmente às maravilhosas mulheres Madelen Herrera, Rosane Amalcaburio e Juliana Poterio. À Elke Debiazi por compartilhar todos os momentos da realização deste trabalho (nos entremeios de tantas outras pelejas), só neste pequeno trecho se pode registrar a ótima experiência desta elaboração coletiva.

Ao conjunto do PGA pelo esforço em proporcionar e manter esse espaço de ampla elaboração. Especialmente à Janete Guenka pela paciência e apoio em todos os embrolhos burocráticos. À CAPES pela concessão de seis meses de bolsa.

Aos amigos que ficaram longe e sempre seguiram comigo, vivenciando os novos caminhos, torcendo, puxando orelha, socorrendo: Flávia Paiva, Camila Marques, Marcella Teixeira, Stefano Aires, Giovanni Baía, Adrien Cardoso. Obrigada, sempre!

*“Com efeito, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais exigidas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo tanto nos ‘microcosmos’ reprodutivos quanto nos ‘macrocosmos’ do sistema do capital como um modo de controle sociometabólico oniabrangente. E isso só se pode alcançar se for colocada em seu lugar uma **forma radicalmente diferente de reprodução sociometabólica**, orientada ao redimensionamento qualitativo e **ao aumento da satisfação da necessidade humana**; um modo de intercambio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichistas, mas **pelos próprios produtores associados.**”*

István Mészáros – O desafio e o fardo do tempo histórico

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E QUADROS	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 APRESENTAÇÃO	1
1.2 JUSTIFICATIVA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	6
1.3 HIPÓTESES	9
1.4 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	9
1.4.1 Objetivo geral.....	9
1.4.2 Objetivos específicos.....	9
1.5 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	10
2 METODOLOGIA	12
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3 MARCO TEÓRICO	23
3.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	23
3.1.1 Colonização e reforma agrária no Oeste Catarinense.....	26
3.1.2 Os recentes projetos de reforma agrária para América Latina e a emergência das organizações sociais camponesas	29
3.2 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO.....	35
3.2.1 Da conformação de Complexos Agroindustriais à estruturação do Agronegócio	35
3.2.2 Integração de pequenos agricultores catarinenses: modelo de expropriação e subordinação do trabalho agrícola	41
3.2.3 A produção cooperada na reforma agrária: os impactos no reordenamento das relações produtivas e suas limitações.....	47
3.3 CRITÉRIOS DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	53

4 DESCRIÇÃO DA REALIDADE.....	59
4.1 DA FRONTEIRA AOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE: O CONTEXTO DA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E AS ENTIDADES ENVOLVIDAS	59
4.1.1 Organização dos Pequenos Agricultores catarinenses: a AEPAC, a ARCAPA e a OESTEBIO.....	61
4.1.2 A organização dos assentados do Oeste Catarinense em cooperativas: A CPA COOPERUNIÃO e a CPS COOPEROESTE.....	63
4.1.3 Da segurança alimentar da COOPERUNIÃO à articulação de pequenos agricultores do Extremo Oeste.....	66
4.2 PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRANGOS DE CORTE NA REGIÃO EXTREMO OESTE: CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA E CUSTOS DE PRODUÇÃO	71
4.3 SISTEMA COLONIAL DE CRIAÇÃO DE FRANGOS DE CORTE: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO EXTREMO OESTE.....	76
5 EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE INTEGRAÇÃO POLITICAMENTE EQUILIBRADA, ECONOMICAMENTE JUSTA.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
APÊNDICES.....	93
ANEXOS.....	102

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

- FIGURA 01 – Mapa do estado de Santa Catarina com destaque à região Extremo Oeste e à capital Florianópolis 03**
- FIGURA 02 – Quadro de caracterização das microrregiões de Santa Catarina, de acordo com a densidade demográfica, população, superfície territorial e número de estabelecimentos agropecuários – 2001 03**
- FIGURA 03 – Distribuição dos principais tipos de exploração agropecuária por municípios catarinenses 04**
- FIGURA 04 – Valor da produção da microrregião São Miguel D’Oeste, de acordo com os 10 principais produtos agropecuários - Santa Catarina – 2001 04**
- FIGURA 05 – Provável área de abrangência do projeto de parceria avícola com a COOPERUNIÃO, contendo municípios da região Extremo Oeste próximos a Dionísio Cerqueira 05**
- FIGURA 06 – Quadro com evolução do rebanho nos municípios do Extremo Oeste Catarinense com destaque aos municípios com maior queda do rebanho avícola 46**

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Distribuição da terra entre os estabelecimentos agropecuários: Brasil, 1970 a 1980	36
TABELA 02 – Dimensionamento do sistema para atingir o ponto de equilíbrio do abatedouro incluindo a oferta de matéria-prima da COOPERUNIÃO	66
TABELA 03 – Demanda de componentes para fabricação de ração aos 110 aviários projetados para a fase de experimentação do sistema	67
TABELA 04 – Análise de custos de produção e renda de um lote 7000 aves criado sob sistema convencional, em galpão manual (50X12m)	71
TABELA 05 – Estimativa de custos com ração e pintainhos para alojamento de um lote de 1000 aves coloniais.....	75
TABELA 06 – Estimativa custos variáveis para produção de lote de 1000 aves em sistema colonial	75
TABELA 07 – Estimativa de custos de reforma de galpão de fumo de 100 m ² de área coberta e implantação de 500 m ² de pastagem para alojamento de lote de 1000 frangos coloniais.....	76
TABELA 08 – Estimativa de custos de produção de um lote de 1000 frangos coloniais criados sob sistema de semi-confinamento.....	77
TABELA 09 – Comparação de custos de produção estimados para um lote convencional de 7000 frangos sob sistema de confinamento e um lote de 1000 frangos criados sob sistema semi-confinado	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AEPAC – Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses
ARCAPA – Associação Regional de Cooperação Agrícola dos Pequenos Agricultores de São Miguel do Oeste
CAI - Complexo agroindustrial
CCA/SC – Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina
CCA/UFSC – Centro de Ciências Agrárias
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOPEROESTE - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.
COOPERUNIÃO - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda.
CPA – Cooperativa de produção agropecuária
CPS – Cooperativa de prestação de serviços
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri – Empresa de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LECERA/CCA/UFSC – Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária
LETA/CCA/UFSC – Laboratório de Etologia Aplicada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESTEBIO – Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGA – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas
RS – Estado do Rio Grande do Sul
STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
SC – Estado de Santa Catarina
SPCMA/MST – Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST
SP/MPA – Setor de Produção do MPA

RESUMO

A formação econômica do Brasil segue um projeto capitalista dependente que submete o meio rural ao modelo agroexportador, atualmente expresso nas relações produtivas do agronegócio. Sob tais circunstâncias, agricultores vinculados a organizações sociais camponesas apontam novas relações de produção, como contratendência ao contexto de reprodução de uma ordem que os oprime, econômica e politicamente. O presente estudo toma o caso de um arranjo organizacional para produção avícola associada na região Oeste do Estado de Santa Catarina, encabeçado por duas organizações cooperativadas – COOPERUNIÃO e AEPAC – que são reconhecidas por sua prática histórica de fazer valer em sua dinâmica o ideal do cooperativismo: processo decisório democrático, transparência na gestão na qual todos participam e equidade na distribuição dos resultados, o que aponta para a conformação das novas relações produtivas. A caracterização do sistema de integração vertical convencionalmente praticado junto às agroindústrias evidenciou a total subordinação dos avicultores, sejam aqueles com produção contratada, sejam os aparentemente autônomos; como principais mecanismos desta relação iníqua foram apontados a insuficiente remuneração dos custos de produção e a determinação de cláusulas contratuais abusivas, que infligem diretamente à autonomia produtiva dos agricultores. Mais indicações acerca das consequências do sistema de integração vertical, seus mecanismos de subordinação e exploração, foram obtidas junto a avicultores pauperizados que abandonaram a atividade e fumicultores em processo de conversão de suas unidades em áreas de produção agroecológica. O desenho do complexo avícola proposto por referidas entidades, balizado pela cooperação entre agricultores e adequação da matriz tecnológica às condições agroecológicas, sinaliza a possibilidade da produção de alimentos economicamente justa e politicamente equilibrada. Analisando as relações sociais inovadoras que a estruturam e as pressões que a oprimem, são sugeridos alguns elementos substantivos para que orientação produtiva adotada contribua à melhoria da qualidade de vida humana associada.

Palavras-chave: integração vertical, avicultura, cooperativismo, relevância produtiva, movimentos sociais do campo, desenvolvimento agroindustrial.

ABSTRACT

This study takes the case of an organizational arrangement related to poultry production in the western region of Santa Catarina, headed by two cooperative organizations - COOPERUNIÃO and AEPAC. These are recognized by their historical practice to enforce the ideal of cooperativism subsided by: democratic decision making, transparency in management and fair distribution of production, pointing to the conformation of new relationships. The characterization of the organizational pattern current in contracted poultry production, conventionally practiced by agricultural industries showed the total subordination of poultry farmers. As evidence, the main mechanisms of this iniquitous relationship were underpayment over the production and determination of abusive contractual terms. Other indications about the consequences of such pattern and the mechanisms of exploitation and subordination were taken among poultry and tobacco farmers, whose means of production are disabled and decapitalization is expressive. The design of a poultry arrangement proposed on the cooperation between farmers and suitably technological conditions point to the food production based on economic fairness and political balance. Analyzing the innovating social relations that structures these arrangements and its constrains, some substantial elements are proposed in order to guarantee that production purposes seeks out the social construction of human welfare.

Keywords: contracted production, poultry, cooperativism, organizational relevance, social peasant's organizations, agroindustrial development.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo busca discutir um sistema de integração vertical entre pequenos agricultores que produzem frango de corte na região Extremo Oeste de Santa Catarina. Tal projeto surgiu por ocasião da implantação de um sistema de produção e abate de frangos no Projeto de Assentamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira - SC. Essa comunidade, que organiza sua produção através da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. (COOPERUNIÃO), optou pela produção de frangos de corte como fonte de renda mensal e para tal projetou um sistema de criação e abate contando com uma agroindústria de grandes dimensões, de maneira a adequar-se às condições de fiscalização sanitária para comercialização na região de fronteira em que se localiza.

Já à época de sua implantação, no ano de 2000, era sabido que a cooperativa não disporia de recursos suficientes para funcionar em plena capacidade de abate (sejam esses investimentos em instalações, disponibilidade de pessoal ou disponibilidade da área abrangida pelo assentamento) e foi cogitada uma parceria com agricultores da região na tentativa de superar esta limitação, a qual ainda não foi implementada por dificuldades em idealizar um sistema de parceria economicamente equilibrado e socialmente justo. Toma-se como referência a contratação de fornecimento de matéria-prima para as agroindústrias, através dos sistemas de integração vertical das pequenas unidades de produção, para delinear o sistema inovador.

Os sistemas verticalmente integrados de produção são projetados para associar unidades produtivas de forma a garantir volume de produção, constância no fornecimento de matérias-prima através do escalonamento de produção e diminuição dos riscos de perdas. Existem exemplos de integração da produção em latifúndios, especialmente entre empresas agrícolas

produtoras de grãos e cereais em que se tem um somatório da produção para fazer frente ao mercado de *commodities* agrícolas. Porém, um exemplo mais conhecido é o da integração vertical da produção de forma a articular segmentos de uma mesma cadeia de produção, tendo cada unidade a responsabilidade por parte do processo produtivo, como o exemplo da indústria de carnes em que estão separadas as unidades de produção de insumos, os sistemas de criação animal e as indústrias processadoras.

Esse segundo tipo de organização da produção verticalmente integrada é marcante em todo o estado, sendo um dos principais mecanismos de incorporação da produção agrícola das unidades camponesas ao complexo agroindustrial. As principais características desse sistema são: o fornecimento de crédito para financiamento das instalações, a antecipação de insumos (sementes, agrotóxicos, adubos, pintainhos, leitões, entre outros, a depender do sistema de produção), o acompanhamento técnico da produção, e a garantia de compra dos produtos, seguindo normas e regulamentos estipulados em contratos denominados pela empresas integradoras como parceria agrícola. Os principais produtos contratados desta forma são fumo, suínos e aves para corte. Em algumas áreas ainda se tem contratos de compra de soja e milho, que foram essenciais para subsidiar a produção de carnes na região, porém atualmente pouco expressivos por apresentarem custos de produção superiores aos das áreas situadas no Centro Oeste e Sudeste do Brasil.

A região abrangida pelo estudo, aqui denominada Extremo Oeste Catarinense, é composta pelos municípios da Microrregião São Miguel D'Oeste (ICEPA, 2002) fazendo divisa com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná e com a Argentina.

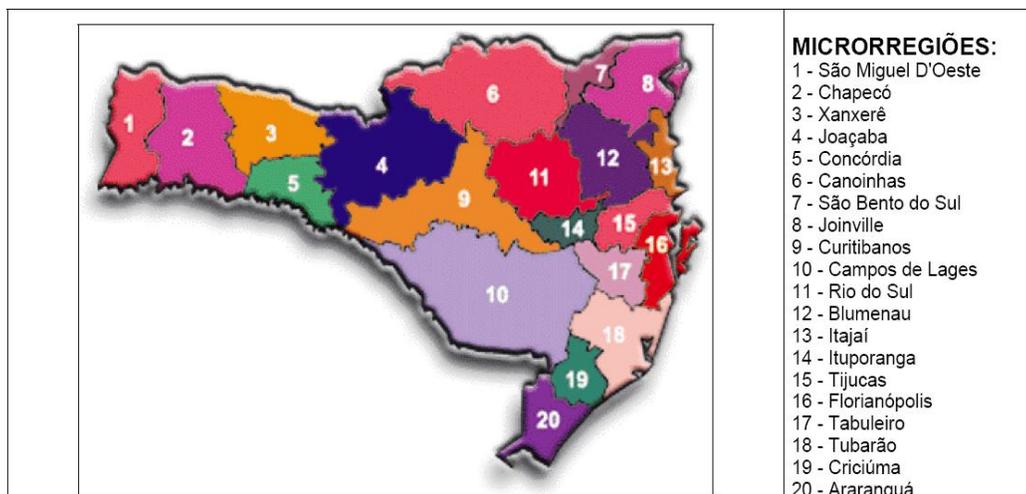


FIGURA 01 – Mapa do estado de Santa Catarina com destaque à região Extremo Oeste e à capital Florianópolis

Fonte: ICEPA, 2002.

Trata-se de uma das microrregiões com maior número de estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, apresentando alto valor bruto da produção agropecuária relativo à criação animal, como demonstrado no Quadro 01 e Figura 02 que se seguem:

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/km ²)	POPULAÇÃO (Hab)	SUPERFÍCIE (km ²)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
Florianópolis	288,3	709.941	2.463	3.168
Itajaí	260,7	404.854	1.553	2.373
Criciúma	155,9	324.747	2.083	5.018
Joinville	147,1	679.315	4.619	6.071
Blumenau	115,5	547.591	4.741	10.367
Tubarão	72,9	337.755	4.633	12.723
São Bento do Sul	72,8	114.778	1.576	2.050
Chapecó	59,4	361.345	6.078	30.809
Araranguá	53,8	160.169	2.975	9.759
Concórdia	44,1	137.892	3.124	13.089
São Miguel D'Oeste	40,6	171.160	4.211	20.758
Ituporanga	35,2	51.223	1.457	6.412
Rio do Sul	34,8	182.547	5.249	13.691
Joaçaba	33,6	304.043	9.038	13.540
Tijucas	32,5	69.874	2.147	3.736
Xanxerê	29,6	142.326	4.804	10.083
Canoinhas	23,8	232.513	9.770	13.069
Campos de Lages	18,0	284.952	15.807	16.130
Curitibanos	17,6	115.999	6.600	6.456
Tabuleiro	9,9	23.336	2.357	4.045
Total do Estado	56,2	5.356.360	95.285	203.347

FIGURA 02 – Quadro de caracterização das microrregiões de Santa Catarina, de acordo com a densidade demográfica, população, superfície territorial e número de estabelecimentos agropecuários – 2001.

Fonte: ICEPA, 2002.

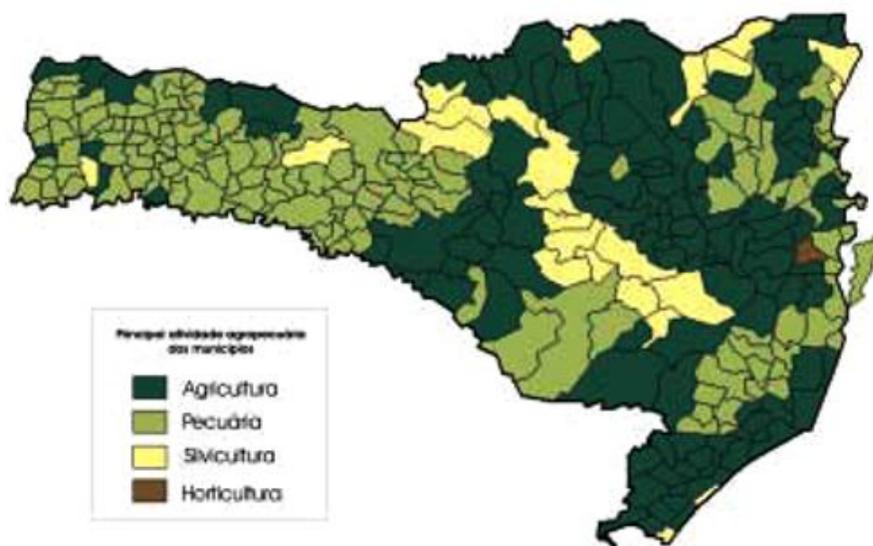


FIGURA 03 – Distribuição dos principais tipos de exploração agropecuária por municípios catarinenses

Fonte: ZOLDAN, 2006.

Sendo uma região predominantemente rural, ocupa quinta posição dentre as principais microrregiões com maiores valores brutos da produção agropecuária, sendo responsável por 7,6% da produção estadual (ICEPA, 2002). A criação avícola tem participação de 10,6% do total produzido pela região. O quadro abaixo (Figura 04) apresenta os principais produtos agropecuários da região, com respectivas rendas geradas.

São Miguel do Oeste		
Produto	Valor (R\$ 1.000)	%
Total da microrregião	472.266	100,0
1 Suínos	132.212	28,0
2 Milho	74.757	15,8
3 Bovino carne	60.729	12,9
4 Leite	51.941	11,0
5 Aves	50.142	10,6
6 Fumo	35.070	7,4
7 Laranja	17.350	3,7
8 Feijão	9.668	2,0
9 Soja	8.741	1,9
10 Mandioca	8.374	1,8
Outros produtos	23.282	4,9

FIGURA 04 – Valor da produção da microrregião São Miguel D'Oeste, de acordo com os 10 principais produtos agropecuários - Santa Catarina – 2001.

Fonte: ICEPA, 2002.

O Extremo Oeste é caracterizado por uma grande concentração de assentamentos de reforma agrária e comunidades de pequenos agricultores (LEITE et al., 2004). Grande parte destas comunidades está organizada e articulada por dois expressivos movimentos sociais camponeses: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Cada uma destas entidades tem uma unidade territorial específica, de acordo com o contingente de famílias organizadas nos municípios da região e com o alcance da atuação das diversas entidades jurídicas que representam estas famílias. O MPA define essa área como Regional Dom José Gomes, contendo agricultores organizados em núcleos de base situados nos 21 municípios¹ da região. Já o MST nomeia sua unidade territorial como Brigada Justino Draszevski² composta por 466 famílias em 15 assentamentos distribuídos por 10 municípios³.

Considerando as sedes das entidades envolvidas na execução do projeto de produção integrada de frango, tem-se como municípios referenciais Dionísio Cerqueira por sediar a COOPERUNIÃO e São Miguel d'Oeste, onde se concentram entidade jurídicas de pequenos agricultores tais como a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses (AEPAC), Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda. (COOPEROESTE).

¹ Segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios abrangidos por essa região são: Anchieta, Barra Bonita, Bandeirante, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã d'Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste e Tunápolis.

² Brigadas são unidades territoriais compostas por um conjunto de assentamentos que totalizam aproximadamente 500 famílias. A definição e organização por brigadas vem sendo adotada desde o ano de 2005, em substituição à organização por regionais, que não limitava o número de famílias abrangidas, a fim de garantir um melhor funcionamento da organicidade e desenvolvimento das comunidades de assentamentos.

³ São Miguel d'Oeste, Dionísio Cerqueira, Anchieta, São José do Cedro, Paraíso, Romelândia, Campo Erê, Palma Sola, Bandeirante, Barra Bonita. (Ver distribuição do número de famílias assentadas e área ocupada na região em tabela contida no anexo I).

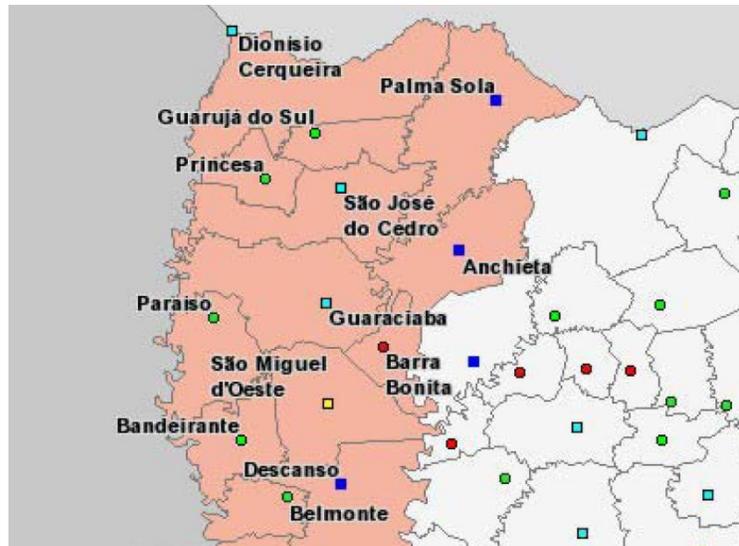


FIGURA 05 – Provável área de abrangência do projeto de parceria avícola com a COOPERUNIÃO, contendo municípios da região Extremo Oeste próximos a Dionísio Cerqueira

Fonte: ICEPA, 2003

1.2 JUSTIFICATIVA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento de tal pesquisa teve como principal elemento motivador a elaboração de subsídios a uma proposta de organização da produção com características inovadoras especialmente no que se refere à relação entre diversos produtores integrados. Considerando que na COOPERUNIÃO se expressam relações mais coerentes aos princípios cooperativistas, os quais sinalizam o estabelecimento de novas relações produtivas, é cabível inferir que um projeto em que se pretenda uma parceria politicamente equilibrada supere mais facilmente a racionalidade econômica dada e aponte mais elementos inovadores.

Para corroborar, pode ser visto que os assentamentos de reforma agrária são apresentados como objetos de estudo devido ao grande potencial dinamizador que surge das novas relações estabelecidas nos municípios/regiões envolvidas. Diversos estudos apontam mudanças na dinâmica de desenvolvimento das regiões onde são implantadas essas comunidades rurais. A mudança central está no chamado “aquecimento” na economia local, tanto diretamente pelo abastecimento com produtos das áreas de assentamentos, quanto

indiretamente pela mobilização de recursos que favorecem a produção de pequeno porte nestas regiões, os quais, anteriormente, sofriam mais fortemente os impactos da pauperização provocada pela concentração de latifúndios.

Tendo em vista que mudanças nas formas de produção acarretam mudanças nas relações sociais presentes, os impactos vão para além desta reordenação econômica, facilitando às populações destes municípios o acesso a direitos básicos, como infra-estrutura, educação, saúde etc.

À medida que vão sendo constituídas estruturas organizacionais mais complexas sob comando coletivo dos agricultores assentados (geralmente cooperativas de produção agropecuária ou de prestação de serviços), é possível estabelecer uma articulação mais coesa e permanente com unidades produtivas afins, como é o caso da integração da produção avícola entre unidades de produção de pequeno porte proposta neste estudo.

A avicultura foi definida como um dos setores produtivo estratégico para o projeto de desenvolvimento da COOPERUNIÃO. Desde sua implantação, era sabido que o abatedouro montado funcionaria abaixo de sua capacidade se considerado somente o volume de produção do sistema de criação da cooperativa, ou seja, o número de aviários existentes seria insuficiente para suprir a demanda por matéria-prima.

Assim, durante a elaboração do planejamento estratégico do setor foram definidas as seguintes metas que progressivamente conduziriam a um esquema de produção integrado⁴:

1º Melhoramento do sistema de criação e abate da cooperativa – viabilizado o funcionamento de 12 aviários com capacidade para 6400 aves, otimização dos meios de produção através de melhorias na fábrica de ração e no sistema de refrigeração ;

⁴ Dados obtidos de entrevistas realizadas junto a membros da Direção Coletiva da COOPERUNIÃO.

2º Abertura do abatedouro para outros produtores – estabelecimento de parcerias com avicultores da região para compra de frangos para abate e comercialização com marca Terra Viva ou via prestação de serviços de abate somente;

3º Implantação de um sistema de integração vertical – contando com as parcerias da COOPEROESTE, da Embrapa Suínos e Aves e do MPA.

No ano de 2007 foram cumpridas as etapas necessárias à primeira meta e os cooperados do Conquista na Fronteira vêm discutindo o sistema de integração vertical com avicultores da região Extremo Oeste de SC ou agricultores interessados em implantar sistemas de criação de frango colonial, especialmente fomicultores desejosos por mudança de atividade.

Alguns estudos, como se verá no debate teórico, apresentam a integração vertical como um contrato iníquo para os pequenos avicultores integrados, sendo até mesmo apontado como uma nova forma de assalariamento em que não se tem sequer garantidos direitos sociais e trabalhistas. Mesmo considerando o frango um alimento barato, é possível inferir que o preço pago ao agricultor integrado não remunera a força de trabalho empreendida, além dos custos ambientais intrínsecos à exploração da terra.

Sendo uma proposta de desenvolvimento regional orientada política e ideologicamente por agricultores vinculados ao MST e ao MPA, a proposta de integração buscada pela COOPERUNIÃO deve basear-se em parâmetros que garantam uma relação justa entre cooperativa e agricultor não-cooperado. Com base nesse quadro, apresenta-se a questão motivadora desta pesquisa:

E possível estender a ação cooperativa da COOPERUNIÃO aos agricultores integrados à produção de frangos Terra Viva?

1.3 HIPÓTESES

- É possível estruturar um sistema de integração orientado pelos princípios de equidade e solidariedade adotados pelas organizações sociais camponesas, de forma a estabelecer um equilíbrio ambiental, econômico e social, envolvendo a totalidade dos agentes integrados na parceria (agricultor e agroindústria).
- A integração vertical entre pequenas unidades de produção como proposta que articule produção/industrialização e constitua um complexo avícola baseado em novas relações de produção, contribui com o desenvolvimento local/regional sustentável.

1.4 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.4.1 Objetivo geral

- Discutir a viabilidade de um projeto de integração vertical de produção de frango com a COOPERUNIAÇÃO que seja social, ambiental e economicamente equilibrado.

1.4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o processo de integração vertical praticado por complexos agroindustriais presentes na região Extremo Oeste de SC.
- Analisar a relação entre custo de produção e preço pago ao produto praticada pelas integradoras atuantes na região.
- Caracterizar um sistema de criação adequado aos agricultores integrados, levando em conta fatores ambientais.

1.5 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No capítulo que se segue, intitulado Metodologia, serão apresentados os aspectos metodológicos utilizados para elaboração deste estudo de caso que teve a observação participante como principal instrumento de análise da realidade. Apesar de ter sido priorizada a abordagem qualitativa, foram utilizados ferramentais quantitativos, como cálculos de custos de produção e análise econômica.

Para subsidiar o entendimento da realidade observada, o Marco Teórico apresenta a questão agrária brasileira e as transformações em curso no meio rural, derivadas da modernização conservadora da agricultura. Tendo como foco o avanço do capitalismo e as mudanças nas relações de produção no meio rural catarinense, é apresentada uma revisão sobre a conformação de complexos agroindustriais e seu desenvolvimento até os dias atuais. Essa dinâmica permeia a organização da produção verticalmente integrada, importante modalidade de ordenamento produtivo em todo estado de Santa Catarina, com destaque ao Extremo Oeste.

Como alternativa ao modelo excludente de desenvolvimento da agricultura, organizações camponesas procuram estruturar sistemas de produção sob base coletiva, em especial as cooperativas de produção. Ainda neste capítulo é apresentada como uma das táticas dos movimentos sociais camponeses a implantação de um sistema de empreendimentos verdadeiramente cooperativistas, orientado por critérios de desempenho organizacional que superem a racionalidade de produção para expansão, centralização e acumulação de capitais e proporcionem a busca por novas relações produtivas.

A realidade observada a campo é apresentada no quarto capítulo, composto de elementos descritivos das condições existentes na região para implantação do projeto de integração da produção avícola entre agricultores vinculados à COOPEROESTE, à AEPAC e à COOPERUNIÃO. São apresentados os antecedentes da elaboração deste projeto, as

entidades envolvidas, os recursos necessários para sua viabilização e as atuais condições de organização, infra-estrutura e comercialização dos frangos terra viva.

Tendo elaborado e descrito esse conjunto de elementos, é possível avaliar as possibilidades de organizar um sistema que suporte relações inovadoras, bem como perceber os limites que deverão ser superados por transformações em outros âmbitos mais abrangentes. Assim, no quinto capítulo são apresentados subsídios à elaboração de um arranjo produtivo orientado por valores e princípios politicamente definidos.

2 METODOLOGIA

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Considerando que método em pesquisa significa a escolha dos procedimentos para a descrição e explicação dos fenômenos (SEABRA, 2001), a realização do presente estudo baseou-se em uma pesquisa mista, isto é, de caráter qualitativo e quantitativo, a partir do caso do projeto de produção de frango de corte integrado da COOPERUNIÃO, por entender a necessidade de diálogo entre os dados obtidos por meio de metodologias quantitativas e as informações/impressões oriundas da observação/participação na realidade estudada.

Como linhas condutoras da pesquisa, foram adotados o estudo de caso e a pesquisa de campo. A opção por este método se dá pela possibilidade de refletir sobre princípios que orientam as relações sociais em estudo tomando-se uma situação em que tais relações se concretizam.

Dentre as ferramentas quantitativas, foram calculados os custos de produção e a análise da rentabilidade de um sistema convencional de produção avícola integrado a agroindústria, seguindo metodologias de análise financeiras de empreendimentos (BORNIA, 2002). Esse procedimento teve como objeto a obtenção de dado primário de custos e rendas que servisse como ponto de partida para avaliação da viabilidade do sistema de integração em estudo.

O estudo de caso é um dos métodos qualitativos de pesquisa que, além de apresentar um maior enfoque na compreensão dos fatos do que na sua mensuração (LAZZARINNI, 1997), propõe-se a investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos precisando, portanto, utilizar-se de múltiplas fontes de evidência como entrevistas, arquivos, documentos,

observação, etc (LAZZARINNI, 1997). Ainda de acordo com o autor, o fato de poder utilizar várias fontes de evidência, ao mesmo tempo em que é considerado uma vantagem do estudo de caso, é também questionado pelo pouco rigor metodológico, gerando polêmicas sobre sua aplicabilidade. Tal polêmica pode ser observada na seguinte afirmação de Goode e Hatt (1969)

(...) embora não seja possível identificar o ‘método’ do estudo de caso como uma técnica particular de obtenção de dados, trata-se de um modo de organizar os dados em termos de uma determinada unidade escolhida, como a história de vida de um indivíduo, a história de um grupo, ou um processo social delimitado.

Nesse sentido, destaca-se o potencial deste instrumento quando se trata de fenômenos sociais complexos com um maior nível de detalhamento das relações dentro e entre os indivíduos e organizações, bem como os intercâmbios que se processam em o meio ambiente nos quais estão inseridos (LAZZARINNI, 1997).

Convém observar a necessidade de uma revisão cíclica entre teoria – empiria - teoria quando se trata de estudos de caso direcionados à pesquisa (LAZZARINNI, 1997). Acerca desse movimento, o autor explica que o estabelecimento de teorias aplicáveis ao problema e à obtenção/tabulação de dados do caso sofre constantes intercâmbios durante o processo. Desse modo, a existência de um referencial teórico prévio torna-se particularmente importante para a pesquisa baseada em estudo de caso: este referencial servirá como uma espécie de “matéria-prima” a ser moldada a partir de evidências obtidas com o estudo.

Sobre a pesquisa de campo, além dos procedimentos metodológicos que serão citados a seguir, ressalta-se que foi adotada a pesquisa participante dentre as alternativas de pesquisa qualitativa, não somente por seu comprometimento com as transformações sociais, mas por responder especialmente as necessidades das classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas com os agricultores camponeses, por exemplo, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir (HUYNH, 1979 *apud* BORDA, 1980).

Para entender melhor a escolha por esta estratégia metodológica, citam-se os princípios da pesquisa participante, classificados por Borda (1980, p.49), a saber:

- Autenticidade e compromisso: o pesquisador deve reconhecer-se como tal e se posicionar dentro de seu espaço contribuindo no que for preciso, mas sem tentar trocar de papel dentro do processo;
- Antidogmatismo: tentar desvincular ao máximo a pesquisa de suas idéias preestabelecidas ou princípios ideológicos, de forma que possa ser gerado um conhecimento genuíno a partir dos grupos de base⁵.
- Restituição sistemática: retorno à cultura pelos operários/camponeses para que possam desenvolver uma análise crítica que permita um entendimento das mudanças na sociedade e quais providências devem ser tomadas;
- *Feedback* para os intelectuais orgânicos: necessidade de a tradição popular ser decisiva como contribuição intelectual;
- Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão: deve-se tentar refletir os conhecimentos recebidos de forma equilibrada para que se possa, ao final da reflexão, ter um produto;
- Ciência modesta e técnicas dialogais: pesquisador deve estar disposto a aprender e descobrir, além de estimular a ciência popular.

No entanto, Borda (1980) lembra que, para que estes princípios sejam aplicados, a importância da ciência do homem comum, que permite que a história seja “criticamente recuperada’ e colocada a serviço das lutas e metas desses homens, seja aceita como uma premissa. Para Silva (2007), esse tipo de pesquisa caracteriza-se como uma produção coletiva do conhecimento, marcada por um processo de aprendizagem dos que dela fazem parte. Isso

⁵ Silva (2007) alerta que este princípio não deve ser confundido com neutralidade do pesquisador, já que este também é parte do processo de investigação. Além disso, considera que não há pesquisa descompromissada.

se dá por meio da interação com o grupo e da relação dialógica que deve ser estabelecida com o mesmo, na busca de um entendimento.

Tanto para o estudo de caso quanto para a pesquisa de campo, a observação é parte fundamental do processo de investigação. Segundo Seabra (2001), a observação⁶ imprime ao pesquisador um contato mais direto com o objeto pesquisado, ajudando-o a encontrar as provas que possam fundamentar as hipóteses formuladas. O autor segue afirmando que, obviamente, com o desenvolvimento da pesquisa, exige-se que a observação seja a mais atenta possível para que os dados coletados sejam precisos.

Também devem ser considerados os filtros existentes entre observador e o objeto observado. A este respeito, Cardoso (1988, p.101) afirma que *“a interpretação que se constrói sobre as análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram”*. Assim, tais filtros dependem não somente da natureza do objeto, como também da maneira como ele é visto pelo observador em função da idade, sexo, cultura, entre outros fatores relacionados a estes e aos observados.

No caso do trabalho de campo, o objetivo da observação é coletar informações no ambiente correspondente ao objeto de estudo, neste caso, o campo propriamente dito. Além dos aspectos físico-naturais do ambiente, o trabalho de campo deve incluir, sobretudo os atores sociais, representados por grupos de indivíduos e/ou instituições que sejam representativos na sociedade ou realidade observada (SEABRA, 2001).

Com relação aos desafios a serem enfrentados quando um dos principais instrumentos da pesquisa é justamente a observação, considera-se a ponderação feita por Durham (1988 apud VALENTE, 1996) sobre a tendência, no plano prático e conceitual, de transformar a “observação participante” em “participação observante” quando os estudos resvalam para a

⁶ A observação pode ser entendida como a técnica de coleta de dados a fim de obter-se informações, com a utilização dos sentidos para a captação de determinados aspectos da realidade, não consistindo apenas em ver e ouvir, mas também examinar criticamente os fatos e fenômenos que sejam relevantes para a solução do problema investigado (SEABRA, 2001).

militância, comprometendo os resultados e, conseqüentemente, as conclusões da pesquisa. Essa preocupação, no entanto, não deve ser confundida com a importância de ambas os instrumentos de pesquisa (a observação e a participação), pois se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas (CARDOSO, 1988, p.103).

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foi feita revisão de leitura de livros e artigos relacionados a canais de distribuição, estratégias de comercialização e organização para comercialização em comunidades rurais. Além disso, foram levantados alguns dados e materiais referentes à história social-organizativa das comunidades em estudo que subsidiaram o trabalho de campo.

Em todas as fases de campo, os instrumentais de coleta de dados primários consistiram em entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas⁷ e observação direta ou participante.

A partir da pesquisa de campo foi possível tanto obter dados quantitativos para a análise de viabilidade financeira do projeto quanto sistematizar impressões e expectativas de técnicos e agricultores representantes das três instituições envolvidas no sistema de integração proposto.

O trabalho de campo foi realizado no período de agosto de 2006 a fevereiro de 2008 e consistiu de três etapas ao longo das quais se foi delineando o objeto desta pesquisa.

1ª Fase - Reconhecimento da comunidade foco do estudo:

Em agosto de 2006 foi feita a primeira visita à COOPERUNIAO. Esse primeiro momento serviu para aproximação da comunidade do assentamento Conquista na Fronteira e apresentação dos propósitos de pesquisa que a este momento ainda consistia em uma análise

⁷ Os roteiros de entrevista semi-estruturada encontram-se em anexo.

mais ampla do processo de distribuição de mercadorias tanto interna quanto externamente à COOPERUNIÃO.

Neste primeiro contato, que se limitou às pessoas envolvidas na recepção e acompanhamento dos visitantes, foram apresentados o histórico da comunidade, a estrutura orgânica da cooperativa, além de sua inserção e papel estratégico para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2ª Fase – Estágio de Vivência em cooperativas de reforma agrária da região Extremo Oeste Catarinense:

Seguidamente à primeira visita realizada à comunidade, durante os meses de setembro e outubro de 2006, houve a participação no Estágio de Vivência do projeto Residência Agrária organizado pelo Laboratório de Etologia Aplicada – LETA/UFSC, essencial à realização da pesquisa por permitir a inserção no cotidiano da COOPERUNIÃO, durante cinco dias. Isso permitiu estabelecimento de vínculos com pessoas-chave, sendo possível, até mesmo, um melhor delineamento do projeto de pesquisa de forma a adequá-lo melhor às necessidades da COOPERUNIAO. Além disso, tratou-se de um momento de observação participante.

Também foi realizado estágio junto à equipe técnica da COOPEROESTE, o que possibilitou conhecer grande parte da Região Extremo Oeste, além de ter contato com esse complexo de cooperativas de prestação de serviços (CPSs) que organiza, beneficia e comercializa grande parte da produção em áreas de reforma agrária em Santa Catarina.

Durante o acompanhamento de atividades técnicas junto à COOPEROESTE foi possível perceber as articulações que se dão localmente e regionalmente entre o Conquista na Fronteira e outras comunidades rurais da região (especialmente tratando-se de distribuição de alimentos), além de perceber o papel desempenhado pela COOPERUNIAO na dinâmica organizativa do MST, especialmente na região Extremo Oeste.

3ª Fase – Levantamento de dados para estudo de viabilidade do sistema:

A última fase de campo da pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2007 e fevereiro de 2008, envolvendo duas etapas (duas viagens).

Durante a primeira etapa foi buscado um melhor delineamento do projeto, entendendo-o dentro da COOPERUNIÃO. Foram analisados diversos materiais internos de controle da produção de frangos, avaliação econômica do abatedouro e estudos sobre as perspectivas de expansão da produção, abate e processamento de frangos na COOPERUNIÃO.

Além disso, foram visitadas as equipes de trabalho diretamente envolvidas com a produção de frangos dentro da cooperativa: administrativo, aviários, fábrica de ração, abatedouro e frigorífico. Assim, foram entrevistadas pessoas-chave da comunidade que passaram suas impressões sobre como se estruturaria esse sistema, apontando limites de sua execução dentro das perspectivas da cooperativa.

Além disso, uma entrevista aberta com um dos técnicos da Embrapa Aves e Suínos que acompanha o sistema de produção avícola na COOPERUNIÃO possibilitou detalhamento de alguns aspectos técnicos do projeto, sejam as metas colocadas para a COOPERUNIÃO, sejam os parâmetros mínimos esperados dos sistemas convencionais de produção dos agricultores e, ainda, a concepção do projeto de conversão de produção de fumo para sistema colonial de criação de frangos.

Concluída essa etapa, partiu-se para o levantamento dos dados sobre as famílias vinculadas ao MPA com potencial de participarem do sistema de integração entre unidades de pequeno porte. Para isso, foram identificados três tipos de produtores⁸ (avicultores integrados,

⁸ A indicação destas famílias agricultoras ficou a cargo da AEPAC, diante das dificuldades em ter acesso à informações mais detalhadas sobre o processo produtivo, por restrições da empresa integradora.

avicultores “autônomos” e fumicultores) que seriam referência para os dados necessários ao estudo de viabilidade do projeto, descritas a seguir.

Além dos levantamentos de dados, em todas as visitas foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para coletar impressões de agricultores sobre como deveria funcionar um sistema de integração que não reproduzisse as relações de exploração presentes no sistema de integração com as empresas agroindustriais.

Por fim, entrevistas semi-estruturadas a técnicos da equipe da AEPAC também foram realizadas para compreender as expectativas do projeto dentro do plano de desenvolvimento regional traçado pelo MPA. Foram entrevistados dois técnicos e um coordenador político, além de serem considerados elementos observados durante o acompanhamento realizado por outros três integrantes da equipe técnica.

Tipo 1 –Avicultores produzindo em sistema industrial e integrado a empresas:

A avaliação da viabilidade econômica do projeto a partir dos custos de produção de frango de corte criado em sistema industrial, tomou por base dados dos sistemas de criação de avicultores integrados a uma empresa atuante na região ou que produzem de forma independente. Tal análise foi feita no intuito de delimitar uma base de cálculo para os preços a serem praticados no sistema de integração entre pequenos agricultores em estudo.

Para verificar empiricamente os dados relativos ao sistema de integração e seus mecanismos nas unidades de produção agrícola, parte da pesquisa se deu em área definida como rota de uma das empresas integradoras atuantes na região. Por normas da empresa integradora, não é possível realizar pesquisa sobre a produção avícola nas unidades de produção sem autorização e acompanhamento do técnico responsável. Assim, ficou acordado que não seria feita nenhuma referência que pudesse identificar a família junto à qual foi realizada esta pesquisa.

Com essas limitações e tendo como o objetivo principal o acompanhamento da rotina de trabalho na produção avícola e levantamento de custos de produção em um aviário com padrões da região, foi feito o acompanhamento direto a uma família avicultora, que para os padrões da empresa integradora tem desempenho excelente, isto é, alto grau de produtividade.

No acompanhamento da rotina de produção, seguindo as normas e regulamentos da empresa integradora, foram registradas todas as atividades diretamente relacionadas ao alojamento, crescimento e engorda de um plantel com dimensões que representam o padrão dos avicultores da região, além de atividades acessórias como manutenção de instalações e equipamentos. Com isso, foi possível estimar o custo do trabalho envolvido no alojamento de um plantel.

Para complementar a determinação do custo de produção foram levantados outros custos variáveis e fixos, fazendo-se a separação entre despesas fiadas pela integradora e outras despesas cobertas pelos produtores.

Índices de desempenho zootécnico e outros padrões produtivos foram analisados para complementar o cálculo do custo de produção. Essas informações foram buscadas na ficha de acompanhamento do lote e nos demonstrativos de acerto de alguns lotes anteriormente engordados para a determinação do preço mínimo que deveria ser pago pelo produto, de forma a gerar uma receita líquida superavitária, buscando garantir uma margem de 7 a 11% de lucro⁹.

A totalização destes custos e a análise dos documentos dos acertos feitos pela integradora propiciaram a comparação entre os preços mínimos que deveriam ser pagos e os preços efetivamente praticados.

⁹ Margem de rentabilidade entendida como mínima para a agricultura. Dado obtido em sessão de orientação desta dissertação, em janeiro deste ano.

Tipo 2 – Avicultor produzindo em sistema industrial de forma autônoma:

Para se ter um paralelo, foram buscados avicultores que produzem de forma independente ao sistema de integração, realizando todas as operações de compra e venda de insumos e produtos, que geralmente ficaria a cargo da empresa integradora.

Por ser situação rara na região, foi escolhida a unidade de produção da Associação de Pequenos Agricultores de São Cristóvão, localizada na linha São Cristóvão, município de Anchieta – SC. Apesar de ser um empreendimento de produção coletiva, diversos fatores levaram à desarticulação do grupo e, atualmente, somente uma família se encarrega de todo o processo de produção, beneficiamento e comercialização.

Novamente foram levantados dados para cálculo do custo de produção desta unidade, a partir do trabalho de campo junto a esta família. Além disso, foram mapeadas, de forma genérica, algumas estratégias de comercialização adotadas.

Sendo uma associação, foram levantados alguns aspectos do histórico, da organização da produção coletiva e das dificuldades enfrentadas que, além de desestruturar o grupo, acabaram por inviabilizar a produção.

Por fim, em entrevista aberta foi possível obter alguns elementos importantes para a constituição de uma forma contratada de produção entre pequenos agricultores com as características de equidade e justiça almejadas pelo projeto.

Tipo 3 – Fumicultores interessados em converter produção para avicultura colonial moderna¹⁰:

Considerando o caráter experimental do projeto, a meta de apontar a conversão de sistema de produção de fumo para um sistema colonial de criação de frangos deverá ser aplicada entre agricultores com experiência em ações coletivas. Além disso, foram buscadas

¹⁰ Sobre conceito de agricultura moderna ou tradicional ver Furtado (2000) em p. 23.

famílias concentradas nos municípios próximos, dadas as limitações relativas ao transporte dos frangos para o abatedouro.

Tendo esses aspectos, foram indicados produtores residentes nas linhas São Luís e São Vendelino, do município de São José do Cedro. Essas famílias têm conseguido organizar coletivamente a venda de leite a um laticínio de atuação regional, garantindo, inclusive um dos melhores preços pagos por essa empresa na região Extremo Oeste. Vale ressaltar que esses agricultores também compõem um dos núcleos de base¹¹ do MPA na região Extremo Oeste.

As entrevistas semi-estruturadas realizadas junto às fomicultores com interesse em mudar de atividade proporcionaram mais elementos sobre os parâmetros desejados para o sistema em desenho. Sendo também submetidos à produção contratada, foram comparados alguns mecanismos de subordinação do trabalho destes produtores neste outro tipo de atividade.

¹¹ Acerca da estrutura orgânica dos movimentos sociais envolvidos, trataremos no Capítulo 04 referente a tais entidades.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Os estudos sobre questão agrária vão além do entendimento da distribuição *per capita* de terras, e seu conceito adquire distintas interpretações de acordo com o enfoque analítico adotado pelas diversas áreas do conhecimento que o estudam. De forma geral, visam compreender historicamente as relações de propriedade dos bens agrícolas (de recursos naturais a máquinas e ferramentas) relacionando-se ao uso destes para produção de novos bens necessários à reprodução social.

Dentre suas diversas definições, a questão agrária no Brasil pode ser entendida como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” (STEDILE, 2005a, p. 15-16).

O aprofundamento desta questão no meio científico brasileiro se dá à época de intensa organização camponesa decorrente dos primeiros sinais de avanço da modernização conservadora¹² da agricultura brasileira.

Stedile (2005a) relata que durante as décadas de 1960 a 1970, o debate sobre a caracterização das relações de produção no meio rural brasileiro passa de interpretações incipientes até análises que as contextualizam no conjunto mais geral das relações produtivas do modo de produção capitalista.

¹² Furtado (2000), a diferencia a agricultura entre moderna e tradicional levando em consideração “o papel da técnica na organização da produção” independentemente do grau de sofisticação da tecnologia utilizada. Para ele, a agricultura moderna combina os fatores produtividade da terra e do trabalho com vistas à maximização do volume de excedentes, portanto, de lucro. A agricultura tradicional, por sua vez, pode ter caráter comercial, sem preocupar-se com mecanismos de aumento de produtividade, como no caso das explorações extensivas, em que se tem alta produtividade do trabalho com subutilização de grandes áreas.

Nessa época, diversos autores apresentaram a tese de que a consolidação das relações capitalistas com a total integração da agricultura à indústria seria essencial para diminuir as disparidades sociais entre os meios rural e urbano, amenizando as penosidades da população rural, que ao ser proletarizada estaria proporcionando melhores condições a suas vidas. Isso se associa às teorizações acerca da necessidade de combate ao latifúndio como uma das frentes de supressão das formas exploratórias de produção que geram a iniquidade social, acelerando o processo de transformações sociais (GUIMARÃES, 2005).

Tal linha de pensamento, comumente descrita como da “revolução brasileira em duas etapas” predominou entre teóricos marxistas por diversas décadas, inclusive orientando organizações políticas (especialmente o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas) que defendiam um processo de reforma agrária como prioritário para conclusão da primeira etapa, em que se deveriam superar as relações de produção feudais que tinham o latifúndio como alicerce (FRANK, 2005).

Contemporaneamente, críticos a esta teoria, dentre eles Celso Furtado, Caio Prado Júnior e, posteriormente, Florestan Fernandes apresentaram em seus estudos sobre formação econômica do Brasil, as bases para a tese de que as relações capitalistas de produção já estavam consolidadas em nosso país, apontando um novo caráter ao processo de reforma agrária, necessário ao desenvolvimento do meio rural e que seria fruto dos processos sociais unicamente gerados pelo proletariado rural e campesinato (FRANK, 2005).

Certamente, o delineamento desta nova teoria baseada na análise da revolução proletária só foi possível com a consolidação de algumas relações produtivas tipicamente capitalistas dependentes na agricultura, isto é, baseadas na dependência estrangeira (econômica, tecnológica, cultural etc.) que é face do imperialismo; nas relações monopolistas de comercialização de produtos, produção de insumos, acesso a recursos financeiros, entre outros; por fim, na especulação financeira, intensa degradação, manipulação da produtividade,

gerada pela manutenção da estrutura latifundiada de ocupação das terras. Importante lembrar que este tripé: latifúndio, monopólio e imperialismo, constitui a base para acumulação de capitais através da subordinação e exploração “centro-periferia”, seja de países desenvolvidos sobre subdesenvolvidos, de capitalistas sobre proletários, da indústria sobre a agricultura, da agricultura comercial moderna sobre agricultura em pequena escala que assume caráter acessório, entre outras expressões de relações iníquas (FURTADO, 1981).

Os impactos diretos sobre a organização da agricultura brasileira são sintetizados por Frank (2005) em três princípios organizativos: subordinação do setor às necessidades de acumulação do desenvolvimento-subdesenvolvimento da sociedade capitalista mundial; produção orientada por objetivos comerciais ou mercantis, mesmo no caso da pequena produção; e monopólio tanto dos fatores de produção, quanto dos sistemas de transporte, distribuição comercial e financiamento da produção agrícola.

Esses elementos estiveram presentes em diversas formas de ordenação de um sistema capitalista dependente, típico na organização da produção brasileira desde a implantação do sistema colonial, até os dias atuais. Tendo amadurecido essa concepção, o debate atual sobre a evolução da questão agrária a caracteriza em fases, seguindo as transformações produtivas que marcaram a formação econômica brasileira (STEDILE, 2005a).

Os diversos arranjos do modelo agroexportador brasileiro, vigente desde o período colonial aos dias atuais, com finalidade essencial a produção de *commodities* metamorfosearam-se desde a organização em *plantations*¹³, passando pela conformação de complexos agroindustriais e, atualmente, expressando-se nas relações produtivas do agronegócio (STEDILE, 2005a).

¹³ Base organizativa da produção de bens agropecuários introduzida nas colônias americanas que combinava: estrutura fundiária concentrada em grandes extensões de terra, padrão tecnológico das forças produtivas altamente desenvolvido, monocultivo de produtos totalmente destinados à exportação e força de trabalho escravizada.

O Estado brasileiro sempre esteve à frente destas transformações embasando-se em políticas públicas de fomento à reprodução destes modelos. Mesmo nos atuais tempos em que se anuncia uma isenção da intervenção do Estado na regulação das transações econômicas, a injeção de recursos se mantém pela política de créditos diretos (seguro e financiamento agrícola), pela disponibilização de uma infra-estrutura que facilita não somente a produção como a distribuição dos produtos e pela estruturação de um sistema de ensino e pesquisa que suporta tecnologicamente tais relações produtivas no setor (STEDILE, 2005c).

3.1.1 Colonização e reforma agrária no Oeste Catarinense

Sendo o latifúndio uma das bases para manutenção do modelo agroexportador, poucas foram as políticas com vistas à distribuição de terras a pequenos proprietários rurais. Mesmo quando ocorrida a implantação de unidades de produção em pequena escala, esta se deu de forma complementar à produção de *commodities* da grande empresa agrícola (STEDILE, 2005c).

A política de colonização praticada na região Sul do país foi um exemplo dessa sujeição. Considera-se colonização como uma política pública de ocupação das áreas consideradas ermas pelos governos Federal e Estadual, apesar da existência de diversas comunidades indígenas e caboclas sem titulação de terra regularizada. Teve-se como objetivo implantação de pequenas unidades de produção agropecuária nos locais mais isolados, com precárias condições edáficas, hidrológicas ou infra-estruturais, entre os grandes centros urbanos ou entre as áreas da grande exploração agropecuária (PAULILO, 1990).

Essa conformação do binômio minifúndio-latifúndio, segundo Furtado (2000), é bastante comum também em outras áreas da América Latina, sendo característica do processo de centralização de capitais, que em torno da grande empresa agrícola atraía famílias agricultoras que a abastecia com produtos e, principalmente, mão-de-obra.

Já nos anos 1960, Frank (2005) demonstra que o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, determina relações exploratórias sobre os agricultores de pequena escala tão incisivas quanto a extração de mais-valia sofrida pelos trabalhadores sem-terra. Tais agricultores subsistem em meio à precariedade das condições de vida no campo e a instabilidade da propriedade de suas terras, fatores associadas à inviabilização da pequena produção frente à determinação mercantilista e monopolista do setor e, especialmente determinada pela baixa produtividade dos minifúndios¹⁴.

A exploração minifundiária apresenta deficiências à medida que a quantidade de terras disponíveis à agricultura e as más condições agronômicas destas são insuficientes para garantir a reprodução dos agricultores (FRANK, 2005). Como conseqüência, tem-se a complementação da renda por outras atividades não-agrícolas e, na maioria dos casos, pela venda de mão-de-obra “ociosa” das famílias agricultoras (MAESTRI, 2005).

Maestri (2005) aponta que no caso das grandes colônias instaladas na Serra Gaúcha, a circulação de riquezas estimulada pela colonização originou centros urbanos importantes do estado. Isso ocorreu devido a instalação de comerciantes as sedes coloniais que serviam de intermediários dos colonos, comprando a produção destes a preços baixos e fornecendo insumos e outras mercadorias não produzidas nas colônias.

Além disso, por conta da incapacidade de absorção da mão-de-obra ociosa, desta região saíram novas levas de colonos que ocuparam novas ocidentais, dentre elas Planalto Central Gaúcho, Oeste de Santa Catarina, Oeste Paranaense, entre outras áreas (MAESTRI, 2005).

A Mesorregião Oeste Catarinense foi tardiamente colonizada, quando comparada ao restante do estado de SC. A política de migrações foi conduzida entre as décadas de 1930 e

¹⁴ Ainda que diversas colônias contivessem glebas demarcadas com extensão razoável de terras que as tornava agronomicamente viáveis, o posterior parcelamento destas, seja por questões de herança, seja por venda, acabaram por configurar uma estrutura minifundiária (com predominância de glebas com áreas menores que 01 módulo fiscal, correspondente na região a 18 ha) em diversas áreas de colonização.

1940 por empresas privadas em acordo com o governo estadual. Envolveu, essencialmente, os descendentes das “Velhas Colônias” do estado do Rio Grande do Sul formadas por imigrantes europeus e mobilizou um contingente de posseiros de origem cabocla e indígena que tiveram de comprar ou abandonar os lotes que ocupavam (MARTINS, 2006).

Por várias décadas a principal atividade econômica da região era o extrativismo de madeira e produção de gêneros para abastecimento das famílias. Já na década de 1960 surgem os primeiros contratos com empresas integradoras, especialmente para produção de carne suína e fumo, porém a conformação de um complexo agroindustrial com sede na própria mesorregião só se deu na década de 1970 com a implantação de unidades processadoras de ração, áreas de cultivo de soja e milho e abatedouros de aves e suínos (PAULILO, 1990).

Assim, como ocorrido no restante do país, o processo de modernização conservadora representado pela industrialização do campo brasileiro levou ao processo de concentração de capitais, com conseqüente reestruturação fundiária das regiões anteriormente ocupadas por áreas de pequena produção, como o caso da Mesorregião Oeste de Santa Catarina, ainda que esta permaneça tomada por muitos estabelecimentos agrícolas de pequeno porte quando comparada à estrutura fundiária de outras regiões do país (FRANK, 2005).

Esta Mesorregião destaca-se por apresentar o mais intenso fluxo migratório de agricultores aos centros urbanos em todo estado de Santa Catarina. SILVA et. all. (2003) mencionam as graves conseqüências como subemprego e sobrexploração do proletariado rural, grupo social que se forma no processo de acumulação e centralização de terras e capitais e, ainda, a emergência de conflitos por terra na região.

Caracterizando a população que permanece “contida” nas áreas rurais, foi identificado em 2003, que 29% das famílias agricultoras instaladas no Oeste Catarinense podem ser

consideradas “carentes de terra”¹⁵, o que justifica a necessidade de políticas de reforma agrária para a região. No que concerne aos avanços obtidos nesse sentido, o estudo divulga que a Mesorregião Oeste contém 80% dos assentadas no estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A política de reforma agrária praticada no estado e em todo Brasil tem levado ao incipiente reordenamento fundiário. Esta se torna limitada à medida que não vem transformando a estrutura de propriedade, posse e uso da terra, que seria uma resposta às necessidades do desenvolvimento das condições sociais, materiais e econômicas de um país em que a estrutura agrária vigente passa a ser contestada (JONES & GUIDUCCI FILHO, 2000).

3.1.2 Os recentes projetos de reforma agrária para América Latina e a emergência das organizações sociais camponesas

Sampaio (2005) classifica três distintos processos de reforma agrária ocorrente na América Latina, levados por diferentes projetos de desenvolvimento adotados nestes países, porém todos sob a ordem capitalista. Além da reforma agrária cubana, ocorrida nos primeiros anos após a revolução socialista, dois países representam marcos importantes na transferência de terras a camponeses, a saber: as revoluções agrárias ocorridas no México e Bolívia e as reformas agrárias institucionais que através da transferência da propriedade de latifundiários a camponeses, provocaram substanciais mudanças na estrutura agrária, como o caso de Guatemala, Chile, Peru, Nicarágua e El Salvador.

O terceiro conjunto de países é caracterizado por pontuais intervenções governamentais no campo fundiário, isto é, na distribuição de terras, mas que não conseguiram alterar significativamente os índices nacionais de concentração da propriedade.

¹⁵ O termo “carente de terra” foi adotado pelos pesquisadores para caracterizar tanto as famílias agricultoras que não detêm a propriedade da terra que cultivam, quanto as possuidoras de área insuficiente de terras.

O Brasil encontra-se neste grupo, junto à Venezuela, Equador, Colômbia, Honduras, República Dominicana e Paraguai (SAMPAIO, 2005).

Apesar das diferentes conseqüências sobre a estrutura fundiária e aspectos da condição social dos camponeses dos países citados (alguns em melhores condições de desenvolvimento e ingresso *per capita* que outros), traços comuns marcam e até mesmo homogeneízam a questão agrária destes povos. Como fator que determinaria estas similitudes na situação do campesinato, Sampaio (2005) aponta o caráter capitalista das economias de todos os países citados. Referenciando-se em estudos apresentados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), faz um paralelo entre o quadro dos países anteriormente apresentado e a situação do campesinato em Cuba, onde se verificam as melhores condições de vida da população rural, resultado de seqüentes reformas agrárias radicais, especialmente no período de implantação do modo de produção socialista.

A primeira semelhança apontada é a posição política, econômica e social do campesinato na estrutura societária, sempre se encontrando em níveis inferiores. As populações rurais latino-americanas apresentam os piores índices de pobreza e maior proporção de famílias abaixo da linha de pobreza absoluta. Além disso, têm pouco acesso à educação e à saúde e são pouco participantes no cenário político (SAMPAIO, 2005).

Outro elemento comum apontado pelo autor são os altos índices de violência no campo, que vão desde conflitos permanentes, como os casos das guerrilhas no México, Colômbia e Peru, passando por casos de conflitos localizados, mas constantes, como assassinatos “contratados” a lideranças, comuns no Brasil, e chegando a países que contabilizam poucos casos de conflito graves, mas onde a violência no campo faz parte do cotidiano destas populações.

Um outro conflito que marca as relações produtivas do setor agrícola em toda América Latina é uma entre agricultura comercial moderna (agronegócio) e agricultura de pequena

escala (camponesa). Esse embate leva a disputa entre dois projetos de desenvolvimento para estas sociedades e que Sampaio (2005) considera que vem se fortalecendo pela recente tomada de consciência do campesinato acerca das questões políticas com emergência de movimentos sociais camponeses qualificando suas pautas reivindicatórias para além das questões específicas.

Como consequência, Sampaio (2005) sugere uma crescente conscientização do campesinato da necessidade de transformações estruturais no sistema econômico e cita a orientação política dos movimentos camponeses de maior expressão no Brasil:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil levantou a bandeira do “modelo agrícola camponês” para substituir o modelo do agronegócio vigente. Nos assentamentos de reforma agrária que estão sob sua influência, o MST já está ensaiando, nas unidades produtivas, as estratégias econômicas e agronômicas implícitas nesse modelo alternativo. O mesmo ocorre com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e com o movimento que reúne pequenos agricultores desalojados de por projetos de centrais hidroelétricas (MAB, Movimento dos Atingidos por Barragem), ambos muito próximos ao MST. (p. 19)

Porto-Gonçalves (2005) aponta a constituição do MST como uma confluência de fatos históricos da organização de trabalhadores rurais que após o período da ditadura militar, compuseram a nova onda de protestos sociais. O autor explica que a identidade de trabalhador rural foi construída durante a década de 1960, pelos sindicatos rurais e pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que aliados ao Partido Comunista travaram as lutas sociais camponesas na época.

Nesse mesmo período, as transformações capitalistas na agricultura agudizaram a problemática da distribuição de terras no Brasil, devido a uma reorganização do espaço produtivo do campo marcada por “*desruralização e sub-urbanização*”, que gerou uma grande massa de agricultores sem-terra. Para Porto-Gonçalves (2005) essa herança também é marca na identidade dos trabalhadores organizados no MST.

Como resultado, outra característica ressaltada pelo autor é que este novo campesinato organizado é constituído de diversos segmentos sociais (agricultores arrendatários ou

posseiros, proletários rurais, entre outros) em conflito com as relações produtivas estabelecidas e que se unificam pela sua superação. As táticas de luta adotadas vão desde o combate ao latifúndio, entendido como alicerce de “...uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária.” (PORTO-GOLÇALVES, 2005, p. 26), até o envolvimento em temas importantes como o caso recente do debate acerca dos organismos geneticamente modificados, que se apresentam como resultado das seqüentes transformações da agricultura.

Além destes elementos táticos relacionados às lutas específicas da organização, o MST aponta uma série de medidas mais imediatas que consistiriam numa reforma agrária que garantisse minimamente a inclusão dos trabalhadores envolvidos nesta luta, com conseqüentes melhorias à sociedade brasileira. Essas proposições estão delineadas no Programa Agrário do MST, documento apresentado no V Congresso Nacional do MST¹⁶ e que contém as projeções para uma reforma agrária que contribua para o projeto popular da agricultura brasileira.

Inserido no projeto de mudança social, esse modelo camponês tem como fundamento:

(...) sua integração no modelo de desenvolvimento não-capitalista da economia, baseado na universalização de um nível de consumo digno para toda a população com fins a, não somente eliminar a pobreza, mas também reduzir substancialmente as disparidades sociais que caracterizam os países do continente. (Sampaio, 2005, p. 21)

Sobre as bases políticas e tecnológicas desse “modelo agrícola camponês” o autor explica:

A idéia básica deste modelo camponês é de organizar a produção agropecuária em função de objetivos distintos do modelo do agronegócio. Não se trata, por tanto, de priorizar a acumulação de capital senão as necessidades alimentárias da família do agricultor e a preservação da qualidade de sua pequena parcela de terra. Por isso, se enfatiza o emprego de técnicas agrícolas não agressivas ao meio ambiente e as práticas de conservação do solo e das águas. (p. 20)

¹⁶ O Congresso Nacional do MST é o espaço de confluências das discussões e deliberações das estratégias que foram construídas na base e que serão assumidas pelos militantes até novas deliberações tomadas em congresso seqüente. O quinto encontro foi realizado em junho de 2007, em Brasília-DF.

Segundo Leite et al. (2004), os aspectos mais observados pelos estudos sobre a viabilidade da política de reforma agrária se concentram em “...*dimensões econômicas e produtivas, mas também efeitos sobre o meio ambiente, a estrutura fundiária e a participação política.*” (p.22).

Diversos estudos atribuem aos assentamentos de reforma agrária um potencial dinamizador que política de distribuição de terras e fomento da agricultura de pequena escala proporciona, principalmente, sobre a economia dos locais em que são implantados a novas comunidades. Isso tanto é atribuído tanto à entrada de novos financiamentos estatais que beneficiam diretamente as comunidades assentadas e indiretamente a população dos municípios que os recebem, quanto à própria conscientização política que a chamada “luta pela terra” proporciona na formação dos assentados.

Neste sentido, Buarque (1998) propõe que:

(...) os assentamentos de Reforma Agrária devem ser entendidos como um componente importante de desenvolvimento local com corte espacial limitado à área do assentamento (podendo ser maior ou menor que os municípios). Desta forma, é um espaço de intervenção concentrada e articulada de diferentes instâncias e pode ser um núcleo catalisador do desenvolvimento local e municipal. O desenvolvimento dos assentamentos exige uma inserção e uma interação com o contexto, especialmente com a dinâmica e as estratégias de desenvolvimento municipal, recebendo influências e iniciativas positivas externas e procurando oferecer contribuições para o desenvolvimento municipal.

Porém, verifica-se que ainda são poucos os casos em que o assentamento de comunidades proporciona mudanças mais expressivas (especialmente no que concerne à melhoria nos padrões de distribuição de renda), e estas, de maneira restrita, se dão em áreas chamadas “manchas” de assentamentos, nas quais há a articulação das diversas comunidades, inclusive as tradicionais já estabelecidas primordialmente.

Essa distribuição espacial concentrada de assentamentos áreas próximas tem origens na própria estratégia de ocupação de terras adotada pelos movimentos sociais¹⁷ de concentrar seus esforços reivindicatórios na mesma região, geralmente estão marcadas pelo quadro de crise dos sistemas produtivos das grandes propriedades (HEREDIA et al., 2004). Em alguns casos se “...constituíram praticamente verdadeiras ‘áreas reformadas’, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas e criando por si mesmas uma nova dinâmica na região em que estão inseridas.” (HEREDIA et al., 2004, p. 36)

Seguindo esta proposição, à medida que fossem constituídas estruturas organizacionais mais complexas sob comando coletivo dos agricultores assentados (geralmente cooperativas de produção agropecuária ou de prestação de serviços), seria possível estabelecer uma articulação mais coesa e permanente com unidades produtivas afins.

A construção de novas formas de organização da produção, propriedade e gestão dos processos de trabalho baseada no desenvolvimento de novas formas de “... cooperação produtiva, centrada na solidariedade e na unidade orgânica dos produtores e dos processos de produção...” (p. 16) é indicada por Jones & Guiducci Filho (2000) como solução superadora às atuais formas de organização da produção brasileira.

Os objetivos de estudo propostos nestes trabalhos pretendem apontar elementos para balizar essa construção de novas relações de produção. Assim, propomos compreender as formas de organização da produção agropecuária comercial praticada no Extremo Oeste catarinense, baseadas nos mecanismos subordinantes anteriormente descritos e, delinear o processo de organização da produção cooperada em áreas de reforma agrária como uma das possíveis sínteses superadoras das relações produtivas vigentes.

¹⁷ No estudo que envolveu uma amostra de 92 comunidades de reforma agrária distribuídas em seis “manchas” de expressiva concentração de assentamentos, Heredia et al. (2004) verificaram que 96% dos projetos de assentamento estudados foi resultado de situações de conflito (tanto por ocupação de áreas, quanto pela resistência de agricultores já instalados em nessas áreas em situação irregular de titulação), sendo que em 89% dos casos o pedido de desapropriação partiu das organizações de trabalhadores.

3.2 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO

3.2.1 Da conformação de Complexos Agroindustriais à estruturação do Agronegócio

A conformação de complexos agroindustriais (CAIs) resultou de um processo de estruturação das relações produtivas na agricultura brasileira levado a cabo a partir dos anos 1960. Tendo como princípios orientadores os elementos citados anteriormente (monopólio, caráter mercantil e subordinação ao processo mundial de capitalização), a integração do setor agropecuário ao setor industrial se concretizou neste tipo de arranjo produtivo (FRANK, 2005).

Por CAI entende-se a estrutura de organização das relações de produção em que se tem forte subordinação da agricultura à indústria, já que esta última passa a ser responsável pelo fornecimento de financiamentos, insumos e ferramentas indispensáveis à produção agropecuária, por um lado, e a principal compradora e beneficiadoras destes produtos, por outro lado (MAZZALLI, 2000).

Para tanto, um conjunto de mudanças teve de ser conduzido de forma a favorecer esse processo no meio rural brasileiro. As linhas estratégicas podem ser sintetizadas em três importantes mecanismos: mudanças na base tecnológica com a produção atrelada a pacotes tecnológicos, implantação de indústrias fornecedoras de meios de produção e agroindústrias beneficiadoras; regulação estatal restrita à conformação de sistema de financiamento; nova inserção da agricultura brasileira no comércio mundial com renovação dos padrões de exportação para produtos agrícolas beneficiados e com maior diversidade (DELGADO, 1985).

Como exemplo, Mazzalli (2000) cita que esses novos padrões determinaram o desenvolvimento de novas cadeias produtivas como soja e outros grãos, óleos vegetais, sucos e frutas, e carne. Para isso, importantes mudanças tecnológicas tiveram de ser conduzidas tanto para diminuir a dependência da produção agrícola dos fatores ambientais, inserindo um

conjunto de inovações físico-mecânicas, químicas e biológicas, quanto para otimizar o beneficiamento de produtos.

O autor ressalta que durante a década de 1960 houve um reforço do processo de substituição de importações focando a agroindustrialização e que em meados de 1970 consolidou a organização da produção agrícola em complexos agroindustriais. Com isso, a indústria processadora se adequa à dinâmica de centralização e expansão do capital, sendo formados oligopólios de empresas que saem do âmbito regional, especialmente concentrado na região Centro-Sul do Brasil, para o nacional, ainda que assim não se tenha reduzido as disparidades regionais que se perpetuam até os dias atuais (MAZZALI, 2000).

Esse reordenamento produtivo foi priorizado pelo Estado brasileiro com a estruturação de uma política agrícola que tinha por mecanismos principais de fomento o crédito e a assistência técnica difusora de pacote tecnológico. Os três eixos estratégicos desse processo de modernização conservadora são sintetizados por Delgado (1985):

1- adaptabilidade das inovações biológicas a estratégias industriais das inovações físico-químicas; 2- estreita vinculação da adoção tecnológica à política de crédito rural e aos serviços de assistência técnica governamental; 3- inovações em geral apoiadas numa matriz energética intensiva no uso de derivados do petróleo. (p. 96)

Segundo Graziano da Silva (1999), o acesso a tais políticas acabou sendo sobressalente entre os latifundiários mais beneficiados, por conta de uma medida de atrelamento do custeio da produção à aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Além disso, muitos incentivos foram destinados ao fortalecimento de empresas agroindustriais, tanto de insumos quanto de processamento e comercialização.

Ainda este autor aponta que a partir dos anos 1970 a política de crédito passa a ser orientada segundo o tamanho das unidades de produção (pequena, média e grande), porém

tais medidas não impediram a concentração de terras e capitais, sendo que o índice de Gini¹⁸ relativo à distribuição de terra no Brasil que em 1970 contabilizava 0,844 aumentou para 0,859 no ano de 1980. A Tabela 01, que se segue, apresenta a tendência de concentração ocorrente nas primeiras décadas em que se consolidaram tais relações produtivas.

TABELA 01 – Distribuição da terra entre os estabelecimentos agropecuários: Brasil, 1970 a 1980.

<i>ESTATÍSTICA</i>	<i>1970</i>	<i>1975</i>	<i>1980</i>
Milhões de estab. com declaração de área	4,9	5,0	5,2
Área total (milhões ha)	294,1	323,9	369,6
Área média (ha)	60,0	64,9	71,7
Área mediana (ha)	9,3	8,9	9,7
Índice de Gini	0,844	0,855	0,859
Renda dos 50- (%)	2,9	2,5	2,4
Renda dos 5+ (%)	67,0	68,7	69,7

Fonte: Graziano da Silva (1999) *apud* Hoffmann (1982).

Seguindo a dinâmica de concentração de terras e capitais, tem-se como outra consequência proeminente o êxodo da população rural que, em sua maioria, é incorporada ao exército de reserva, permanecendo migrante entre as periferias dos centros urbanos e as áreas de agricultura industrial com demandas sazonais de mão-de-obra (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Contraditoriamente à diminuição de pessoal empregado na produção agropecuária se observa a superexploração dos trabalhadores rurais que se mantêm empregados. Este autor aponta como principais contravenções aos direitos trabalhistas aumento da jornada de trabalho agrícola, remuneração abaixo do salário mínimo e exoneração de direitos previdenciários (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

¹⁸ O índice de Gini assume valores entre “zero” (ausência de concentração/igualdade absoluta entre todos os componentes do universo examinado) e “um” (concentração absoluta/desigualdade total). Em função disso, Câmara, em 1949, propôs uma e para definir o grau de distribuição da propriedade das terras no Brasil, da seguinte maneira: a) até 0,100 = concentração nula; b) de 0,101 a 0,250 = concentração fraca; c) de 0,251 a 0,580 = concentração média; d) de 0,581 a 0,700 = concentração forte; e) de 0,701 a 0,900 = concentração muito forte; f) acima de 0,900 = concentração tendente à absoluta (Silva et. all., 2003).

Os dados da estrutura fundiária do Oeste Catarinense seguem a mesma tendência. Silva et. all. (2003) apontaram que entre os anos de 1985 e 1996 houve uma redução da área agrícola em 11% e diminuição do número de estabelecimentos agropecuários em 13 pontos percentuais. Outro aspecto a destacar é que esses indicadores de extinção de áreas agrícolas se verificam com maior intensidade sobre os minifúndios.

Tomando a análise microrregional, o estudo de Silva et. all. (2003) atribui às microrregiões Chapecó, Xanxerê e São Miguel D'Oeste os maiores índices de redução de área e estabelecimentos destinados à exploração agropecuária. Segundo os autores, esses índices refletem a tendência à urbanização mais expressiva nos anos 1980 seguindo de um intenso processo de desruralização¹⁹ ocorrido nos anos 1990. Os graves danos sócio-econômicos provocados pelo êxodo rural são mais significativos sobre as microrregiões São Miguel D'Oeste e Concórdia, as quais têm caráter proeminentemente rural e baixas taxas de urbanização, de modo que a participação relativa das populações destas microrregiões vem diminuindo desde 1980 e mais intensamente a partir dos anos 1990 (SILVA et. all., 2003).

No âmbito das políticas agrícolas, a abertura comercial e as medidas de ajustamento econômico para controle inflacionário e geração do superávit comercial puseram o setor agropecuário como estratégico para inserção do Brasil no comércio exterior, reforçando as políticas de incentivo da produção agropecuária para fins de regulação positiva da balança comercial (IGLÉSIAS, 2007). Essa tendência, que havia sido reduzida em meados do século XX durante o processo de inversão de exportações associado à industrialização brasileira, passa a ser fortemente estimulada nas décadas de 1970 e 1980, até ser um dos mecanismos prioritários de geração de divisas, a partir dos anos 1990.

¹⁹ Diferentemente das tendências à urbanização, a desruralização representa o **esvaziamento** do meio rural provocado pelo êxodo da população e para os autores representa uma ameaça ao próprio desenvolvimento sócio-econômico da região (SILVA et. all., 2003).

É também a partir dos anos 1990 que a noção de complexo agroindustrial (CAI) passa a demonstrar limitações para explicar a dinâmica das relações de produção hegemônicas ao setor agroindustrial, necessitando novas acepções para caracterizá-las. Mazzalli (2000) indica que grande parte das novas estratégias que imprimiram essas mudanças se deu no âmbito da empresa agroindustrial ou em consequência de estratégias adotadas por estas.

Com as mudanças econômicas orquestradas em nível mundial que reordenaram a acumulação e centralização de capitais ao sistema financeiro, as riquezas produzidas pela agricultura passam a ser incorporada a tal dinâmica através da incorporação dos bancos e empresas agroindustriais à dinâmica de capitalização internacional. Assim o setor secundário passa a ser ordenado pelo monopólio de empresas transnacionais que passam a estabelecer novos tipos de contrato da produção visando a acumulação financeira. Esse conjunto de mudanças, que estabeleceu uma nova aliança entre as empresas rurais de capital nacional com produção determinada pelas transnacionais foi importante ferramenta para o ordenamento da produção determinado pelo chamado agronegócio (IGLÉSIAS, 2007).

Mais que um conjunto de atividades relacionadas à comercialização de produtos agropecuários, este autor explica que o conceito de agronegócio se refere:

(...) ao conjunto de atividades agropecuárias relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, pautadas por algumas características bastante peculiares, como competitividade, gestão, foco no consumidor, altos índices de produtividade, desenvolvimento permanente de ciência e tecnologia, intensividade em capital (e, em algumas cadeias produtivas, também em trabalho) e inserção nas cadeias produtivas, financeiras e comerciais globais. (IGLÉSIAS, 2007, p. 76).

De acordo com IGLÉSIAS (2007), trata-se de um segmento em que se insere o empresariado brasileiro de forma coerente aos reajustes econômicos orquestrados mundialmente seguindo as novas tendências de capitalização anteriormente citadas. Da mesma forma, a intervenção do Estado no setor adquire novos mecanismos que fragmentam a política agrícola em medidas específicas relacionadas às chamadas cadeias produtivas do setor

agropecuário, que na realidade se referem ao conjunto de *commodities* agropecuárias cuja produção vem sendo orientada por conglomerados econômicos. O autor também apresenta novas formas do que chama “ação coletiva e articulação política” do empresariado rural que remodela seu aparato representativo, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), para adequação de ações entre instâncias governamentais e agentes privados (IGLÉSIAS, 2007).

Como conseqüências mais visíveis, tem-se o espólio ambiental gerado pela não remuneração da intensa exploração dos recursos naturais e o acirramento das relações de trabalho sobreploativas, anteriormente descritas.

As pequenas unidades de produção, totalmente incorporadas à dinâmica do agronegócio adquirem três formas de subordinação, assinaladas por Graziano da Silva (1999):

1- Subordinação ao proprietário fundiário, através do arrendamento de terras que além de obrigar a remuneração da terra estabelece vínculos de trabalho em atividades da exploração latifundiária; 2- Subordinação ao capital comercial, através de mecanismos de determinação de preços e controle dos financiamentos por parte das empresas compradoras; 3- Subordinação às agroindústrias e “cooperativas-capitalistas”²⁰, nos moldes praticados pelo sistema de integração vertical da produção.

Especificamente no setor de aves e suínos, novas formas de contratação da produção de matérias primas procedidas pelas empresas agroindustriais se estabeleceram principalmente através do novo caráter da assistência técnica e de um sistema de controle total da produção (MAZZALLI, 2000).

Para melhor entendimento deste tipo de relação de produção em que se tem a subordinação do trabalho dos agricultores através da integração vertical da produção

²⁰ Essa expressão foi cunhada para diferenciar as organizações empresariais travestidas de cooperativas das organizações legitimamente autogestivas, que realmente se orientam pelos princípios cooperativistas.

agropecuária, será apresentada, a seguir, a dinâmica de funcionamento desta forma característica do ordenamento produtivo da região Extremo Oeste Catarinense.

3.2.2 Integração de pequenos agricultores catarinenses: modelo de expropriação e subordinação do trabalho agrícola

Compreendendo que o avanço das relações capitalistas no meio rural trouxe expressivas mudanças nos arranjos da produção agropecuária, parte-se para o entendimento da organização do sistema de integração vertical da produção como o principal mecanismo de subordinação da produção agrícola de pequena escala à dinâmica produtiva dos complexos agroindustriais, especialmente no Centro Sul do Brasil (ALTMANN, 1997).

No campo da Economia Organizacional, a integração vertical da produção é definida com um mecanismo de ajuste da dinâmica entre setores responsáveis por determinada cadeia produtiva para otimização de custos de transação (ÁVILA, 1985).

Sob essa perspectiva consensual da produção integrada, Ávila (1985) aponta como elemento-chave do processo de integração vertical de empresas a concentração dos poderes da tomada de decisão em uma “autoridade central coordenadora”, a qual recebe autonomia administrativa das empresas integradas, porém não a propriedade. Segundo o autor, a abstenção da autonomia produtiva de empresas se dá em troca de garantias: de “poder de mercado”, adquirindo vantagens competitivas frente outras empresas e chegando até mesmo a estabelecer uma oferta monopolizada dos produtos; de redução dos custos de transação e produção; e de redução dos riscos mais passíveis de surgir nas operações da empresa atuando individualmente.

Diversa literatura trata da adoção do sistema de produção verticalmente integrado como uma estratégia de organização da produção agropecuária, especialmente quando se refere aquisição de produtos de pequenos agricultores, entendendo como uma simples relação contratual positiva em que se tem a redução dos custos operacionais para ambas partes, na

qual as agroindústrias se beneficiam pelo controle de fluxo, volume e qualidade de produto, ao passo que os produtores se isentam têm garantia de compra de produtos (MIELE & WAQUI, 2007; ALTMANN, 1997; FARINA et. all., 1997).

Um estudo realizado por Pértile (2004), analisa a importância do trabalho agrícola na conformação do setor agroindustrial da região Oeste de Santa Catarina e aponta as seguintes características:

- 1- Predominância de pequenas propriedades²¹, as quais representavam, em 1996, 94% das unidades da região, com uma média de 50ha por unidade produtiva (PÉRTILE, 2004 *apud* IBGE, 2002);
- 2- Trabalho familiar, com contratação temporária de auxiliares (especialmente em épocas de mais intenso trabalho nas lavouras ou nas granjas de produção de aves ou suínos);
- 3- Exploração de mais de uma atividade produtiva, geralmente vinculada às empresas agroindustriais (que em muitos momentos apresentam-se como cooperativas), especialmente suinocultura, avicultura de corte e bovinocultura de leite (integração vertical às empresas agroindustriais).

Dentre os principais produtos da região encontram-se laranja, milho, fumo, frango de corte e suínos, sendo que vários estudos apontam à importância das empresas agroindustriais na garantia de comercialização destes últimos. Na aparência, o estabelecimento de contratos de integração pode ser entendido como uma situação de amenização de efeitos de concorrência para ambas as partes: para o agricultor integrado, representa garantia de comercialização de produtos, com antecipação de insumos; para a empresa integradora significa controle total do fornecimento de matéria-prima a preços, prazos, quantidade e qualidade sob sua inteira subordinação.

²¹ Considera-se pequena uma unidade produtiva com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. Segundo IBGE (2002) o módulo fiscal da região Oeste de SC equivale a 18ha. A autora também aponta expressiva presença de minifúndios (unidades com menos de 01 (um) módulo fiscal de área total) decorrentes do processo de descapitalização das unidades de agricultores familiares, além da própria característica de ocupação da região que se deu pela demarcação de “colônias” com área média de 25ha.

Porém, se considerada a diferença de poder econômico entre uma unidade de produção em pequena escala e uma empresa agroindustrial é possível inferir que há a transferência de responsabilidade sobre o processo de produção de matérias-primas industriais aos pequenos produtores de forma subsumida a determinadas condições técnicas homogêneas e um sistema de crédito e trocas monopólio-monopsônico²². Assim, surgem “relações de poder assimétricas” em que a empresa tem “...o poder de controle sobre todo o processo produtivo...” (PAULILO, p. 19).

Sendo empresas, as agroindústrias têm como seu objetivo a maximização dos lucros e aceleração do seu ciclo produtivo. Para tal, adotam estratégias de que visam “... externalizar seus custos e internalizar suas receitas...” (ALTMANN, 1997, p.16), entre as quais destacam-se o estabelecimento de contratos de integração, semi-integração ou fornecimento, para obtenção de matéria-prima à agroindustrialização. Este elo da cadeia produtiva se torna mais facilmente controlável pelas empresas, portanto, é tendência que seja de onde se extraia lucratividade possível.

Para atender aos regulamentos de métodos e técnicas produtivas impostos, os agricultores se vêm obrigados a buscar pesados investimentos. Tomando o exemplo da avicultura, grandes gastos como os necessários para manter o conforto térmico dos animais, como energia elétrica, água e lenha/gás que para não são compensados pelos baixos preços pagos pelas aves entregues (PÉRTILE, 2004).

Com esse tipo de contratação, os agricultores perdem sua autonomia com relação a quatro aspectos (PAULILO, 1990, p. 50): “...com relação ao processo produtivo, à compra de insumos, à venda dos produtos e à reposição dos pressupostos da produção.”

Essas “quebras” de autonomia que aparentemente se limitam ao campo das transações comerciais se expressam no quadro de esgotamento conseqüente do processo de subordinação

²² O termo monopsônico refere-se à existência de somente um comprador.

dos meios de produção e exploração do trabalho destes agricultores: o modelo tecnológico adotado trouxe graves danos ambientais, a retirada da autonomia produtiva trouxe endividamento, o estabelecimento de metas produtivas trouxe esgotamento dos membros.

Algumas conseqüências foram observadas por Pértile (2004): segundo depoimentos coletados pela autora na pesquisa de campo feita entre 35 famílias agricultoras do município de Quilombo – SC, a maioria dos agricultores entrevistados revela uma situação de descapitalização e empobrecimento das condições de vida por conta da dependência dos contratos estabelecidos. Os entrevistados reclamam que as constantes exigências feitas pelas agroindústrias determinam que o pouco lucro recebido pela produção (especialmente de leite e carne) retorne ao próprio sistema de produção sob forma de inovações tecnológicas ou manutenção das instalações, impossibilitando, por exemplo, que se invista nas próprias moradias.

Mesmo os produtores que não estabeleceram contratos de integração, se colocam à mercê destas empresas, que além de deterem o monopólio sob a comercialização das mercadorias agrícolas, são as principais fornecedoras de insumos (PÉRTILE, 2004). Assim, a relativa autonomia produtiva dos agricultores não-integrados (quando comparada à total regulamentação contida nos contratos de integração) acaba sendo orientada pelas necessidades de venda do produto a estas agroindústrias.

Um outro fator de descapitalização apontado por Pértile (2004), são a necessidade de pesados investimentos aliada a grandes gastos não compensados pelos baixos preços pagos pelas aves entregues, como, por exemplo, energia elétrica, água e lenha/gás necessários para manter o conforto térmico dos animais. Note-se que além de representarem um custo econômico alto, são fatores que podem representar altos custos ambientais, como o caso de água e lenha, que acabam sendo destrutivamente explorados para suprir às necessidades do sistema de produção de aves.

Para muitos autores, a persistência nestes tipos de contratação de produção se dá pela inevitabilidade de comercializar com essas empresas, que detêm um mercado monopsonico e pelo fato de grande parte dos investimentos estar vinculada à atividade (DORIGON, 2004; PAULILO, 1990; PÉRTILE, 2004). As integradoras assumem papel intermediário nas transações de financiamento relacionado à produção de aves. Sendo fiadoras dos agricultores contratados, adquirem respaldo para cobrança destes gastos com investimentos aos agricultores que se endividam pelos mecanismos de subordinação e exploração já apontados.

O acirramento das relações monopsonistas-monopolistas que orientam o setor avícola se mostra nas constantes mudanças no padrão tecnológico que passa a depender de altos investimentos em instalações e maquinários, maior quantidade área disponível, ciclos de produção mais curtos com maior intensidade do trabalho, entre outras medidas. Como consequência, os avicultores são impelidos a acompanhar uma dinâmica produtiva exaustiva ou abandonar a atividade (por consequência, inviabilizando sua permanência na propriedade).

No Oeste Catarinense, a diminuição do número de unidades integradas cada vez mais concentrada em poucos municípios, veio associada ao estabelecimento de padrões produtivos cada vez mais rígidos (monitorados por todo um sistema de “controle de qualidade”) e produtividade crescente (com medidas que vão do maior adensamento à diminuição do ciclo produtivo) (DORIGON, 2004).

As mudanças mais recentes no setor avícola brasileiro apontam uma tendência à diminuição desta produção no estado, por conta da maior competitividade do grão produzido na região Centro-Oeste do país. Isso tem provocado um deslocamento das unidades de produção de aves e suínos para estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (CENCI & TALAMINI, 2006; DORIGON 2004; FALCÃO & MEDEIROS, sd; ZILLI et. al., 2005).

O que anteriormente era condicionante para a produção animal integrada, isto é, a implantação de áreas de produção de milho nas unidades de produção integradas, com vistas à venda à própria empresa integradora para o fabrico de ração, passa a ser fator de reordenamento da produção avícola no Brasil.

Esse deslocamento de unidades de abate e processamento para o Centro Oeste e Sudeste do país, se dá pelo fato de estas regiões disporem de melhores custos de oportunidade para implantação da indústria de carnes, a saber: incentivos fiscais; disponibilidade de insumos, especialmente grãos para ração; proximidade a centros urbanos com crescente demanda por alimentos; possibilidade de implantação de unidades de maior escala graças à estrutura fundiária mais concentrada, entre outros fatores (ZILLI et. al., 2005).

Nos municípios do Extremo Oeste, se analisado o volume de produção de frangos não é possível perceber muita influencia deste reordenamento produtivo interestadual, já que a produção segue em tendencia crescente, porém, fica bastante explicita essa redistribuição entre municípios, como pode ser observado no quadro a seguir.

MUNICÍPIOS	EFETIVOS (cab.)							
	Bovinos		Aves		Ovinos		Suínos	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
Anchieta	17.300	19.215	95.000	85.100	236	-	20.550	22.000
Bandeirante	7.010	9.000	65.900	152.700	140	-	10.540	4.550
Barra Bonita	6.600	6.450	71.000	77.000	100	-	3.270	4.200
Belmonte	8.415	6.500	100.000	155.000	224	-	3.570	2.000
Descanso	20.800	26.500	757.500	960.000	550	-	30.400	33.250
Dionísio Cerqueira	22.660	25.000	93.400	126.000	737	-	16.480	13.880
Guaraciaba	23.300	30.000	173.000	190.000	615	-	45.000	62.000
Guarujá do Sul	7.200	7.500	100.000	60.800	412	-	19.000	18.000
Iporá do Oeste	17.000	19.600	621.000	897.000	248	-	34.700	48.000
Itapiranga	25.300	24.000	1.371.000	1.969.200	117	-	57.800	89.200
Palma Sola	13.450	14.500	77.600	44.200	720	850	11.830	11.050
Paraíso	17.100	17.700	75.200	75.000	215	-	16.600	18.860
Princesa	6.780	7.330	35.000	33.570	250	-	12.440	14.770
Santa Helena	6.600	8.050	168.000	268.000	242	-	6.100	5.920
São João do Oeste	12.000	14.188	770.000	739.500	68	-	40.000	84.492
São José do Cedro	20.900	25.264	260.000	150.680	470	-	62.900	92.000
São Miguel do Oeste	15.550	28.688	277.360	270.000	368	-	24.300	39.325
Tunápolis	12.380	12.900	444.240	799.000	100	-	23.000	26.000
REGIÃO	280.345	302.385	8.555.200	7.082.780	5.812	850	438.480	589.497
SANTA CATARINA	3.090.120	3.096.275	102.854.973	124.127.825	284.184	192.134	4.704.545	5.516.818

FIGURA 06 – Quadro com evolução do rebanho nos municípios do Extremo Oeste Catarinense com destaque aos municípios com maior queda do rebanho avícola.
Fonte: ICEPA, 2003

Vale observar que os municípios que tiveram maior queda na produção de aves foram os destacados por esta pesquisa, não somente pela disponibilidade de infra-estrutura ociosa e agricultores disposto a retomarem a atividade, mas por estarem próximos a Dionísio Cerqueira, já que ainda não se tem infra-estrutura para suprir a demanda logística de distribuição de insumos e carregamento de frangos em toda região.

3.2.3 A produção cooperada na reforma agrária: os impactos no reordenamento das relações produtivas e suas limitações

Os estudos de Heredia et al. (2004) e Leite et al. (2004) apontam que nos poucos casos em que os assentados conseguiram estabelecer novos canais de distribuição e organizar para o beneficiamento de seus produtos, a forma encontrada para estruturar essa organização coletiva foi a fundação de cooperativas. Essa proposição vem ao encontro das indicações já feitas sobre a articulação da produção (sejam quais forem os arranjos adotados) para aquisição de vantagens comparativas relacionadas a ganhos de escala e facilidade de acesso a infra-estrutura.

O debate sobre a cooperação agrícola foi elemento central na estruturação do MST em sua fase inicial (especialmente fins dos anos 1980 e início dos 1990) para viabilizar a organização da produção nos assentamentos. Atualmente, ele persiste como eixo estratégico para avanço da organização, sendo ressaltada a necessidade de debater todas as formas coletivas de ordenamento dos recursos. No Programa Agrário do MST²³, documento que contém as projeções para uma reforma agrária que contribua para o projeto popular da agricultura brasileira, foi reforçada essa necessidade e algumas propostas com relação à constituição de coletivos de produção, comercialização e crédito.

²³ Documento aprovado no V Congresso Nacional do MST, realizado em junho de 2007. O Congresso Nacional do MST é o espaço de confluências das discussões e deliberações das estratégias que foram construídas ao longo na base e que serão assumidas para os próximos tomadas por esse movimento social

Algumas dessas proposições são elencadas no trecho a seguir:

2. A organização da produção no meio rural - Medidas fundamentais:

2.1. A produção agrícola será orientada com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo-se assim o princípio da soberania alimentar.

2.2. A produção será organizada com base ao desenvolvimento de todas formas de cooperação agrícola, como: mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas publicas, empresas de prestação de serviços, etc.

2.3. Organizar agroindústrias próximas ao local de produção agrícola, na forma de cooperativas, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores na agroindústria. Realizar programas de capacitação técnica dos trabalhadores, na gestão das empresas cooperativas agroindustriais.

2.4. Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, buscando promover uma agricultura sustentável, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável. Que este novo modelo produtivo, gere também uma nova base alimentar e novas formas de consumo, equilibrada e adequada ao ecossistemas locais e culturalmente adequada. (MST, 2007, p. 20)

Na região Oeste de Santa Catarina, aponta-se o exemplo da produção de laticínios da marca Terra Viva, em que a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda - COOPEROESTE (composta por trabalhadores rurais assentados na região) associa-se a pequenos agricultores não-assentados a fim de expandir seu volume de produção, tomando expressão no comércio de alimentos e alcançando todo o estado.

Segundo consta do Documento Estratégico da Produção em Santa Catarina (MST, 2004) a busca pela coletivização das atividades produtivas entre as comunidades assentadas do MST, tem sido alcançada no âmbito da comercialização mais que na produção propriamente dita. Isso se percebe pela maior capacidade de reprodução das organizações de prestação de serviço, em especial as CPSs, se comparadas às iniciativas de coletivização da produção de bens primários, as quais em sua maioria são bastante débeis, com exceção de algumas CPAs e Associações que conseguiram delinear formas simples e avançadas de cooperação, como o caso da COOPERUNIÃO.

Dentro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST diversas estratégias vêm sendo apontadas, nos planos de desenvolvimento locais e regionais, como

fontes de renda mensal para as comunidades assentadas, a saber: criações de frango de corte, gado leiteiro e peixes; hortaliças (especialmente cultivadas em sistema agroecológico); doces e conservas; plantas medicinais; diversificação das espécies cultivadas para produção de agrocombustíveis, entre outras.

A produção de frangos de corte adequa-se à estratégia de organização da produção assumida tanto pelo SPCMA/MST, em que se planejam atividades que garantam renda aos agricultores por todo o ano. Em muitos casos, a renda mensal é variável, já que provém dos excedentes da produção de auto-consumo. Para contornar essa instabilidade, o planejamento de estratégias produtivas adotado pelas equipes técnicas de ambas as organizações consiste de atividades que gerem renda: mensal (subdividida em auto-consumo e renda de produtos comercializados), renda sazonal ou de safra, “renda poupança” (geralmente plantios de árvores para madeira) (MST, 2004).

As estratégias de desenvolvimento dos assentamentos da regional Justino Draszevski foram balizadas pela organização em cooperativas (MST, 2004). Assim, foi se conformando um complexo de cooperativas tanto de produção agropecuária (CPAs) como de prestação de serviços (CPSs) tais como transporte, beneficiamento, comercialização, entre outros.

Tais entidades se integram ao sistema de cooperativas organizado nacionalmente pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) e, no Extremo Oeste, abarcam desde os assentamentos até a região como um todo (MARTINS, 2006).

As chamadas Cooperativas de Prestação de Serviço (CPSs) são uma forma de organização coletiva apresentada entre os assentamentos vinculados ao MST, com objeto viabilizar e/ou operacionalizar transações comerciais. Podem servir de centrais de comercialização dos produtos de assentamentos ou de aquisição de bens e serviços para produção agropecuária, ou até mesmo, unidades processadoras/beneficiadoras de produtos das

áreas de reforma agrária. Por estas características, são compostas por maior número de cooperados que as CPAs, extrapolando os limites de um assentamento (CONCRB, 1999).

As Cooperativas de Produção Agropecuária - CPAs, foram inspiradas no modelo cubano de organização social da produção agrícola (SINGER, 2002b) e espacial dos trabalhadores rurais assentados. Abrangem uma comunidade de assentamento no todo ou somente um grupo de assentados em uma mesma comunidade, sendo composta por famílias que socializam meios de produção e infra-estrutura social (escolas, refeitórios, creches, postos de saúde, espaços de recreação etc) para reprodução coletiva. Esse modelo foi buscado desde os primeiros projetos de assentamentos mobilizados pelo MST, a fim de superar as deficiências da produção individualizada.

Apesar das diversas críticas apontadas à implantação deste modelo, ainda hoje a CPA apresenta-se como forma superior de organização destas comunidades rurais, proporcionando melhores condições de vida aos assentados (CONCRAB, 1999)

Ordinariamente, reside nas organizações cooperativas uma contradição que merece análise mais minuciosa dessa questão. Como apontado por Luxemburgo (1900), as cooperativas apresentam relações de produção (“internas”) socializadas e trocas (“externas”) capitalistas. As relações que estão mais sujeitas à interferência de não-cooperados (distribuição dos bens ou serviços) são tão essenciais à garantia de reprodução da vida da cooperativa que aquelas atividades que dependem exclusivamente dos cooperados (produção de bens ou serviços em si), sendo igualmente sujeitas à dinâmica com vistas à lucratividade anteriormente citada:

(...) a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. (LUXEMBURGO, 1900, p. 04)

Dessa forma, a autora propõe que além das mudanças na base produtiva, seria necessário o estabelecimento de canais alternativos de troca e distribuição dos bens e serviços produzidos, apontando certas limitações:

Verifica-se que a existência da cooperativa de produção liga-se, atualmente, à existência da cooperativa de consumo; do que resulta deverem as cooperativas de produção contentar-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitar-se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. (LUXEMBURGO, 1900 p. 04)

De frente a esta situação é desafiador articular um sistema em que esses agricultores cumpram além do papel de fornecedores, o de determinadores das condições para produção destes tendo como maior obstáculo a competição com toda a produção advinda desta relação de integração, que segue crescente com vistas ao mercado interno e exportações.

Em tempos de reestruturação produtiva, flexibilização da contratação do trabalho e/ou terceirização, isto é, nos atuais momentos de precarização do trabalho, diversas cooperativas acabam por estimular tais formas.

Analisando historicamente a implantação das relações capitalistas de produção, MÉSZÁROS (1989) mostra como a orientação econômica (que perde seu caráter de racionalidade substituído pela lucratividade) impõe seu objetivo máximo de acumulação de capital sobre todas as relações inerentes ao sistema societário atual.

Assim, a menor das organizações empresariais acaba impelida a refletir e reproduzir a dinâmica do modo de produção capitalista:

Uma análise mais acurada da economia praticada nas empresas particulares desvenda o mistério de como e porque tal ‘economia’ das patês pode produzir a dissipação do todo, revelando que a contradição entre as determinações ‘micro-’ e ‘macro-econômicas’ do sistema do capital é apenas aparente neste aspecto. Pois, na realidade, a ‘economia’ da empresa particular é uma pseudo-economia. Ela não é apenas compatível com a dissipação, mas representa o modo necessário de implementação – bem como a forma espontânea de legitimação – das dissipação nas células constitutivas (isto é, o ‘microcosmos’ do sistema).²⁴ (grifos do autor, MÉSZÁROS, 1989, p. 27)

²⁴ O autor aspea o termo economia por apresentar que à medida que se estabeleceram relações capitalistas de produção, o conceito perde seu significado de racionalização substituindo-se pela lucratividade.

O fato de não conseguirem desenvolver plenamente suas capacidades produtivas por assumirem esse caráter marginal, impõe contradições às cooperativas autogestionárias que asseveram sua degeneração: operando com baixos níveis tecnológicos, os trabalhadores (cooperados ou não), são impelidos a trabalharem mais e sob precárias condições laborais (KOROSUE, 2007).

Cumprido o papel de geradora de capitais que seguirá seu ciclo acumulativo, as organizações incapazes de seguir essa dinâmica expansiva de concentração e centralização de capitais ficam à margem do sistema como um todo, pois

eles se evidenciam como capitalisticamente inúteis (em vista de se tornarem não-lucrativos no seu padrão de funcionamento), mesmo que pudessem contribuir para a produção de coisas socialmente úteis, sob as condições de uma articulação global de capital menos concentrada; e mais ainda se transferirmos os ativos acumulados para fora da estrutura do sistema de capital. (grifos do autor, MÉSZÁROS, 1989, p. 32)

Entendendo tais limitações, é necessário considerar que a proposta de implantação de um sistema de integração dos agricultores da região Extremo Oeste para fornecimento de frangos para COOPERUNIÃO, esbarra em condicionantes que ou limitam sua ação orientadora política por critérios de relevância produtiva ou tornam o empreendimento inviável sob o ponto de vista da efetividade²⁵.

Dessas relações inovadoras propõe-se o surgimento de diversos espaços democráticos para tomada de decisões como: forma de coordenar as diversas unidades de produção, estabelecimento de uma política de preços equitativa, opção pela matriz tecnológica mais conveniente/adequada aos agricultores, entre outras importantes decisões que afetam diretamente as famílias e a orientação produtiva da organização coletiva.

Para isso, aponta-se que a adoção dessa nova racionalidade nas relações de produção só é possível por um critério orientador de desempenho que opte pela condição substantiva da existência da organização, nomeadamente a relevância produtiva.

25 Critério de desempenho organizacional a ser examinado nas páginas 55 a 58.

3.3 CRITÉRIOS DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

O arranjo produtivo em estudo parte de uma proposta mais ampla de desenvolvimento regional orientada por agricultores vinculados a dois movimentos sociais camponeses de expressão nacional: o MST e o MPA. Portanto, a proposta de integração buscada entre COOPERUNIÃO e agricultores organizados da região Oeste Catarinense tem sido construída com base em parâmetros que garantam uma relação justa entre cooperativa e agricultor não-cooperado.

Para que estes parâmetros sejam seguidos, há de se considerar uma estratégia produtiva com objetivo além da simples lucratividade do empreendimento. Benson (1977) aponta o tipo de compromissos assumidos por uma organização como um dos quatro elementos de sua estrutura morfológica. Significa que uma organização com fins de promover a qualidade de vida humana deve assumir um compromisso de caráter ético-político que leve em conta aspectos sócio-ambientais e produtivistas em mesmo patamar.

Essa visão centrada no caráter humanístico da produção vem sendo discutida no campo da teoria organizacional a fim de rediscutir os critérios que orientam a produção. Desde a consolidação das relações capitalistas de produção, os empreendimentos são orientados por critérios de desempenho organizacional que avaliem e orientem a produção de forma a garantir a maximização da lucratividade e, conseqüentemente, a acumulação de capital. Três são os critérios de desempenho organizacional classicamente utilizados pelas correntes hegemônicas da Teoria Organizacional: eficiência, eficácia e efetividade.

O primeiro deles, a **eficiência** produtiva foi principal balizador das relações de produção quando o modo de produção capitalista esteve em sua fase de mais intensa acumulação e centralização de capital produtivo, contando com pesado investimento tecnológico. Este critério incorpora uma perspectiva de racionalização de recursos,

equilibrando a relação insumo/produto; é a relação clássica de produtividade estabelecida como parâmetro de avaliação da viabilidade de um processo produtivo (RIBAS, 1985).

Para este autor o estabelecimento de parâmetros que indiquem **eficácia** organizacional são mais relativos à adequação dos processos e tecnologias disponíveis do que otimização da taxa de produtividade. As adequações adotadas e abordagens de análise de desempenho por esse critério consideram dois aspectos principais (ou a combinação de ambos): objetivos organizacionais ou dependência e adaptabilidade para aquisição de recursos.

No caso da determinação do grau de eficácia a partir da capacidade da organização em atingir seus objetivos, aponta-se como deficiência desta abordagem a dificuldade de definir coerentemente os próprios objetivos da organização, visto que esta não é uma estrutura em que imperam relações harmônicas e tampouco isoladas de fatores aparentemente extraorganizacionais (RIBAS, 1985; SANDER, 1984).

A abordagem de aquisição de recursos tenta preencher estas lacunas da abordagem de objetivos, centrando-se a análise na relação que as organizações estabelecem com fatores do ambiente externo e nas adaptações organizacionais à dinâmica. Tais relações de dependência exercem influências sobre a estrutura da organização, determinando seu desempenho. Por sua parte, a organização pode estabelecer relações com o ambiente que favoreçam a exploração de recursos (RIBAS, 1985).

Percebendo as limitações de ambos os focos de análise e sua complementariedade, Machado da Silva (1984) propõe a combinação de ambas abordagens no intuito de qualificar a avaliação da eficácia organizacional. Este autor desenvolveu um modelo teórico para análise da eficácia através da percepção do grau de congruência entre atributos organizacionais – objetivos, estrutura, tecnologia e ambiente – pressupondo que estes são mediadores entre fatores ambientais e objetivos operativos.

Dada a latente dificuldade em definir os objetivos organizacionais, outros estudos que adotam a eficácia produtiva como critério de desempenho, propõem a avaliação a partir da satisfação dos participantes envolvidos na dinâmica organizacional, o que esbarra nos limites da percepção individualizada dos objetivos e do desempenho da organização (RIBAS, 1985).

Mesmo quando se incorpora a percepção dos participantes na avaliação do desempenho da organização, relaciona-se mais às adequações tecnológicas do que à intervenção no processo de decisão da organização.

Assim, é proposto um novo critério de desempenho que incorpore a dimensão política, de forma a avaliar a capacidade de atingir objetivos socialmente desejáveis. É nesse sentido que se inserem as avaliações pela aceitação do produto e os impactos ambientais, por exemplo. Aspectos sócio-políticos passam a ser incorporados à análise da performance da organização, assim como às avaliações orientadas por critérios de **efetividade** que visa abranger os aspectos sócio-políticos e econômicos a partir da capacidade da organização em atingir objetivos pré-estabelecidos (RIBAS, 1985; SANDER, 1984).

Ao se incorporar a dimensão política à estrutura da organização, avaliando os impactos da organização sobre o contexto social e promovendo a discussão e definição de objetivos socialmente desejáveis, tem-se um avanço na incorporação de aspectos substantivos no delineamento das estratégias organizacionais. Desta forma, o desempenho de uma organização pode ser orientado por sua **relevância** produtiva, como apontado por Ribas (1985):

Seria relevante aquele critério de desempenho que aborda não somente a desejabilidade social dos serviços e produtos, mas do efeito destes mesmos serviços e produtos refletidos sobre a qualidade de vida humana (...) está associado à substantividade intrínseca da organização, a sua própria razão de ser, que é o aprimoramento da qualidade de vida dos participantes. (p. 43)

A adoção da relevância como critério orientador só se torna possível a partir de uma priorização dos valores humanísticos e ambientais à frente dos critérios puramente

econômicos. Isso vem ao encontro do que SANDER (1984) aponta como ação orientada pela garantia de “*qualidade substantiva de vida humana coletiva*”.

Ao propor tal critério, o autor alerta para uma diferenciação entre qualidade instrumental e qualidade substantiva. A primeira está associada a uma “*condição utilitarista e extrínseca*” (SANDER, 1984 p. 04), normalmente referenciada nos empreendimentos em que se tem a eficácia, eficiência ou efetividade como critérios orientadores com vistas à maximização da lucratividade.

A segunda refere-se a ter em conta os aspectos anteriormente citados, propiciando “a definição e satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e promoção coletiva de toda a população no seu meio social e cultural” (SANDER, 1984 p. 04). Por se diferenciar da orientação puramente econômica, propõe-se que a garantia da viabilidade e continuidade da atividade produtiva seja politicamente orientada por valores éticos, especialmente liberdade e equidade, que só são garantidos pela plena participação de todos os membros envolvidos.

Assim, a abordagem de ação humana insere a racionalidade substantiva que enfatiza os fins sobre os meios e o conteúdo ético sobre o utilitarismo, como referência a um *paradigma paraeconômico* de análise e prescrição da realidade com vistas à proposição de uma construção sócio-política da ação coordenadora das diversas dimensões (social, cultural e, até mesmo, econômica) das organizações ou sociedade como um todo (SANDER, 1984).

Tendo em conta o aspecto relevante para construção de um sistema articulado entre os agricultores organizados da região, resta o desafio de estabelecer e formalizar processos e estruturas onde se possa tomar a decisão de quais aspectos relevantes que servirão de baliza à produção articulada de frangos.

Uma opção interessante reside em transpor algumas relações estabelecidas na própria COOPERUNIÃO para o conjunto dos agricultores envolvidos pelo projeto. Isso garantiria o funcionamento do sistema de forma mais avançada que a integração tradicional de

avicultores, cujos aspectos anteriormente descritos derivam principalmente da falta de autonomia dos agricultores na tomada de decisão sobre o seu processo produtivo.

Deve-se ter em conta que a existência de espaços democráticos não garante a plena participação, nem isenta o arranjo estabelecido de conflitos organizacionais. Sobre esse aspecto Benson (1977), um teórico da dialética organizacional, aponta que a produção de contradições estimula mudanças no “*processo de construção-produção social*” de diversas formas: formando consciência e ação para as mudanças, estabelecendo limites e possibilidades para reconstrução social ou produzindo crises que também alavancam tal reconstrução e definindo limites de um dado sistema, apontado para a necessidade de estabelecimento de novos processos de construção-produção social.

Para garantir uma dinâmica entre os agricultores em que se tenha constante diálogo para construção das propostas inovadoras, associando à orientação mais eficiente para distribuir espacialmente as áreas produtoras de frango, tem sido sugerida a formação de grupos de avicultores que além de concentrarem a produção em algumas áreas, serviriam como células produtivas e organizativas da estrutura em articulação.

Outro elemento valorizado como compromisso para o arranjo em implantação é a aproximação do sistema produtivo a uma matriz tecnológica agroecológica. O frango atualmente comercializado pela marca Terra Viva (produzido exclusivamente no assentamento Conquista na Fronteira) tem algumas características associada ao sistema de criação adotado, menos intensivo que sistemas de produção largamente difundidos pelas agroindústrias atuantes na região²⁶. Considerando o padrão das instalações adotadas na região,

²⁶ Dentre as características diferenciais tem-se: maior ciclo de produção (42-45 dias), menor densidade populacional por aviário e não administração de antibióticos ou probióticos. Além disso, parte dos grãos componentes da ração é produzidos no próprio assentamento, o que é interessante em termos de garantia de estabilidade do preço. Alguns aspectos como baixa exigência de investimentos em equipamentos e instalações também são consideráveis, já que esse é um dos principais fatores que determinou o abandono da atividade pelos avicultores entrevistados na região.

é provável que os avicultores reativem seus sistemas de criação conforme o modelo adotado na COOPERUNIÃO.

Porém, há maiores possibilidades de implantação de sistemas agroecológicos de criação de frangos nas áreas em que se fará a substituição da fumiicultura. A estratégia está em aproveitar as antigas instalações de secagem e seleção de fumo para construção de aviários associados a áreas com piquetes de pasto para criação de raças rústicas. Isso garantiria a geração de renda para esses novos agricultores com baixo investimento para conversão da atividade e menos exigências em manejo.

Partindo de uma análise dialética da organização produção sob sistema cooperativista e considerando os componentes²⁷ da sua estrutura morfológica (BENSON, 1977), é possível identificar elementos neste tipo de arranjo produtivo que extrapolem a dimensão racionalizada e funcionalista da lucratividade para estruturar um sistema produtivo comprometido com o incremento da qualidade de vida humana coletiva.

²⁷ Os componentes morfológicos são um conjunto de relações e arranjos convencionalmente aceitos e analisados pela Teoria Organizacional como partes administráveis da organização. Em conjunto compõem a morfologia da organização, que sob enfoque analítico funcionalista é a organização em si, o sistema composto de níveis, setores, departamentos que se relacionam e de forma coerente se complementam a fim de garantir o funcionamento da organização e alcançar as metas organizacionais.

4 DESCRIÇÃO DA REALIDADE

4.1 DA FRONTEIRA AOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE: O CONTEXTO DA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E AS ENTIDADES ENVOLVIDAS

Como tratado anteriormente, a região extremo Oeste Catarinense destaca-se pela manutenção de uma estrutura fundiária com predominância de pequenas e médias propriedades, resultado do projeto específico de colonização e ocupação da região. Com o desenvolvimento econômico fortemente vinculado à agroindustrialização, esta estrutura fundiária tornou-se funcional em relação às estratégias de integração das grandes indústrias agroalimentares. O resultado foi um arranjo produtivo calcado na integração vertical da produção de pequena escala, o que coloca a região como exceção da tendência nacional, a qual seguiu uma lógica mais intensa de latifundização e êxodo dos agricultores proletarizados. Portanto, estabeleceu-se um processo econômico que se construiu com a subordinação da agricultura de pequena escala aos grandes conglomerados industriais.

Parte desses pequenos agricultores está envolvida no sistema de integração da produção avícola às agroindústrias de carnes, modelo de produção agrícola mais expressivo na região Sul do Brasil estabelecido desde a década de 1980, e em grande maioria encontra-se pauperizados. É possível perceber nesse quadro o esgotamento consequente do processo de subordinação dos meios de produção e exploração do trabalho: o modelo tecnológico adotado trouxe graves danos ambientais, a retirada da autonomia produtiva, o endividamento e o estabelecimento de metas produtivas provocaram, em grande medida, esgotamento das pessoas.

Há um agravamento do quadro com as novas tendências da organização da produção avícola para ocupação de grandes áreas com alta capacidade de investimentos que trouxe ao Oeste Catarinense, e outras regiões que abrigam avicultores de pequena escala produtiva, um

quadro de crise devido à redução das áreas contratadas pelas empresas integradoras. Além disso, sob receio de serem excluídos do sistema de integração são impelidos a acompanhar uma dinâmica produtiva exaustiva ou abandonar a atividade (por conseqüência, inviabilizando sua permanência na propriedade). No Extremo Oeste, a diminuição do número de unidades integradas cada vez mais concentrada em poucos municípios veio associada ao estabelecimento de padrões produtivos cada vez mais rígidos (monitorados por todo um sistema de “controle de qualidade”) e produtividade crescente (com medidas que vão do maior adensamento à diminuição do ciclo produtivo).

No município em que foi feita a avaliação econômica da produção integrada em moldes convencionais, por exemplo, havia duas empresas atuando em concorrência e que negociaram áreas de atuação exclusiva, sem nenhuma consulta aos agricultores integrados. Apesar de sentirem lesados, afirmando que a “nova” integradora realiza uma contratação mais injusta (com mais exigências aos produtores e pior remuneração), os avicultores se conformaram à situação por não encontrarem outras formas de dar continuidade à atividade avícola. Assim como explicado nos estudos sobre a questão, foi percebido que a constância de altos investimentos em capital fixo, necessário à produção avícola convencional é um mecanismo importante de subordinação do trabalho, que além de levantarem dívidas elevadas, geralmente estas são fiadas pela própria empresa integradora, que também se ocupada de buscar as fontes de recurso, muitas vezes de fundos governamentais de investimento agrícola, e disponibilizar pessoal para elaboração dos contratos.

As exigências que se colocam são automatização e ampliação dos aviários, instalação de silos na propriedade, de maneira a diminuir os custos com transporte de ração, além de medidas de controle total da produção que está baseada na diminuição do preço pago em caso de perdas na qualidade do produto.

Ao mesmo tempo, convém destacar que a região é bastante marcada pela influência de movimentos sociais camponeses que buscam construir um projeto relevante de transformação nas relações produtivas, propondo novos arranjos, buscando novas bases tecnológicas, estruturando diferentes relações na divisão social do trabalho.

4.1.1 Organização dos Pequenos Agricultores catarinenses: a AEPAC, a ARCAPA e a OESTEBIO

Diversos são os tipos de entidades jurídicas que representam os pequenos agricultores vinculados ao MPA incorporadas à estrutura orgânica do movimento. No caso do estado de Santa Catarina, a Associação Estadual de Pequenos Agricultores Catarinenses (AEPAC) é uma das principais entidades articuladoras dos núcleos de base, dispersos em 25 municípios²⁸.

Esta associação, constituída no ano de 1998 e registrada em 2002, apresenta como principal objetivo: *“estimular o desenvolvimento agrícola sustentável, promovendo o progresso econômico, social e cultural dos agricultores organizados no MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores”*.

A principal linha estratégica desta associação é a promoção da capacitação dos seus associados, através de atividades de intercâmbio e cursos de formação, realizadas junto a entidades parcerias como escolas, centros de formação, universidades, cooperativas, entre outras. Uma das temáticas mais relevantes para os pequenos agricultores associados é o desenvolvimento da base produtiva agroecológica, merecendo destaque as ações de promoção, capacitação e divulgação do resgate de sementes crioulas, bem como a implantação de um sistema de beneficiamento e comercialização destas; projeto de estudo da viabilidade técnica, sócio-econômica e ambiental de implantação de sistema de produção de agrocombustíveis e alimentos na mesorregião Oeste de SC, em parceria com MST e o MAB;

²⁸ Dados obtidos de análise de documentos internos da AEPAC.

organização da produção para Programa de Aquisição de Alimentos; projeto de conversão de produção de fumo para atividades agroecológicas como leite à base de pasto e avicultura colonial, entre outros.

Para acompanhamento mais direto aos núcleos de base, especialmente no que se refere à elaboração de projetos de custeio e investimento agrícola, fortalecimento da execução dos projetos anteriormente citados e assessoria técnica aos pequenos agricultores, o MPA dispõe de associações regionais que no caso do Extremo Oeste está juridicamente representada pela Associação Regional de Cooperação Agrícola dos Pequenos Agricultores de São Miguel do Oeste (ARCAPA).

Entendendo o potencial de estruturar esse complexo na região Oeste dos três estados do Sul do Brasil, o MPA delineia uma ação organizativa que articule e fomenta todos estes projetos em âmbito interestadual. Para tanto, surge em 2007 a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis (OESTEBIO).

Assim, o sistema de integração avícola projetado se insere num conjunto de estratégias produtivas que devem fortalecer a base produtiva agroecológica em construção entre diversos movimentos camponeses. Mais que isso, é oportunidade de avançar junto a organizações parceiras na busca por novos tipos de relações de produção.

4.1.2 A organização dos assentados do Oeste Catarinense em cooperativas: A CPA COOPERUNIÃO e a CPS COOPEROESTE

A Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda (COOPERUNIÃO), atualmente constituída por 130 sócios, surgiu no ano de 1991 com o objetivo de organizar as atividades econômicas e sociais da comunidade de 60 famílias aí assentadas em 1989.

A estratégia de organização da produção da cooperativa seguiu os passos descritos das estratégias produtivas do SPCMA/MST para viabilização de renda do assentamento. Esse planejamento é definido anualmente pela Direção Coletiva da cooperativa, composta por coordenadores das Equipes de Trabalho, e aprovado em Assembléia. As proposições levadas pelos coordenadores às reuniões da Direção Coletiva são resultados das constantes avaliações que se tem nas equipes sobre o processo de trabalho e as adequações necessárias, além disso, são proposições de adequações considerando a necessidade de adaptações da cooperativa às condições econômicas.

O acompanhamento à execução destas tarefas se dá pelos coordenadores de Equipes, que compõem o Setor de Produção da cooperativa. Eles são responsáveis por organizar a demanda de mão-de-obra mensal e encaminhar a resolução de imprevistos, de forma a atingir as metas planejadas coletivamente. Todo esse processo é acompanhado pelos cooperados através dos informes e encaminhamentos dados em assembléias mensais.

Toda esta estrutura²⁹ é fruto dos 20 anos de existência do assentamento e ao longo deste período foi se readequando conforme as conquistas da comunidade. O setor de subsistência foi a primeira atividade organizada, onde o frango se apresentou como produto viável pelo rápido ciclo de produção para suprimento de proteína para a comunidade. Em seguida, esta atividade se destacou pela produção de excedentes destinada à comercialização

²⁹ Para mais detalhes sobre a estrutura orgânica do assentamento Conquista no Fronteira, ver organograma no Anexo III.

sendo estruturada a ampliação para 11 aviários instalados e montagem da fábrica de ração, compondo uma nova Equipe de Trabalho denominada Avicultura. Em 2000, foi implantada a unidade de abate e processamento na comunidade com capacidade instalada para abate de 8000 frangos/dia.

Como dito, tais instalações eram superdimensionadas para as condições de fornecimento de matéria-prima exclusivamente pelo assentamento. Por outro lado, sendo uma região de fronteira, o abatedouro teve de ser adequado às exigências de Inspeção Sanitária Federal, que determina uma infra-estrutura mínima de equipamentos e instalações, a qual foi seguida para implantação da unidade de abate e processamento.

Desde então, foram feitas diversas adequações para potencializar a produção de frangos, que já vinha se consolidando como estratégia de renda semanal. Também foram estabelecidas parcerias para melhorar a produção, como o caso do acompanhamento técnico feito pela Embrapa Suínos e Aves. No ano de 2002, a cooperativa atingiu sua capacidade máxima de produção de aves, que se mantém até os dias atuais na faixa de 7000 frangos/semana produzidos em 12 aviários de 50x12m manejados por oito pessoas. Além da mão-de-obra alocada nos aviários, são aproximadamente cinco pessoas envolvidas em serviços de manutenção, fabrico da ração e transporte dos produtos mais cerca de 42 pessoas envolvidas no abate, todas elas compõem a Equipe de Avicultura.

Esse grande contingente de cooperados envolvidos em todo o sistema de produção de frangos é uma das mais recentes e mais expressivas adaptações feitas até então para aumentar a produtividade do abatedouro. A questão da disponibilidade de mão-de-obra é bastante debatida internamente, sendo identificada como outro gargalo para aumento da produção de frango.

Outras mudanças anteriormente identificadas para melhor funcionamento do abatedouro são: a aquisição de máquinas equipamentos e reformas nas instalações que visam

melhorar as condições de trabalho e sanidade do sistema, além de ampliar a capacidade de estocagem dos produtos. Tais mudanças executadas em 2007 foram determinantes para se abrir o abatedouro para a prestação de serviços de abate para uma empresa atuante na região.

Somando-se a carga de trabalho para abate dos frangos criados na cooperativa mais os produzidos pela empresa contratante dos serviços de abate, atualmente tem-se a produção de 54500 frangos/mês abatidos em cinco dias, sendo 38500 aves produzidas na COOPERUNIÃO e 16000 aves produzidas externamente. Estas são abatidas e entregues à empresa que fica responsável pelo transporte dos frangos vivos e processados, além de comercializarem com sua própria marca.

Além da produção de frangos, a COOPERUNIÃO tem como principal produto o leite bovino. Essa produção “voltada ao mercado”, isto é, com objetivo de gerar produtos a serem comercializados, não obedecem aos padrões tecnológicos do modelo agroecológico, mas existem algumas medidas que buscam adequar para uma produção de alimentos saudáveis como redução do uso de agrotóxicos, substituição de adubos sintéticos nas áreas de lavoura por composto orgânico, esterco e cama de aviário, medidas de manejo da sanidade animal para diminuição de uso de medicamentos, elaboração de rações sem adição de antibióticos, entre outros. Segundo relato de agricultores assentados, a produção de outros gêneros alimentícios que são exclusivamente destinados às famílias cooperadas é inteiramente agroecológica.

Os canais de comercialização de frango estabelecidos pela COOPERUNIÃO compõem-se basicamente de pequenos varejistas concentrados em municípios próximos a Dionísio Cerqueira, mas dispersos pela mesorregião Oeste Catarinense. Além disso, tem-se um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra o frango para entrega à uma associação de bairro da periferia do município. O leite é recolhido pela COOPEROESTE. Junto ao setor de

comercialização da COOPERUNIÃO, esta CPS também auxilia na distribuição dos frangos Terra Viva.

A COOPEROESTE foi constituída em 1996, com sede no município de São Miguel do Oeste. É composta por cinco unidades que beneficiadoras de produtos³⁰. Além de beneficiar produtos da marca Terra Viva³¹, a COOPEROESTE garante a comercialização e distribuição dos produtos da regional Extremo Oeste, dispondo de três unidades onde se realizam as operações de comercialização de produtos, além da compra de insumos aos cooperados.

Com canais de comercialização abertos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina, a cooperativa avançou muito na logística de distribuição de produtos e aquisição de leite de pequenos agricultores do Oeste Paranaense e Catarinense. Assim, tem-se como perspectiva aproveitar os canais de venda consolidados pela COOPEROESTE para se fazer a comercialização do frango Terra Viva.

4.1.3 Da segurança alimentar da COOPERUNIÃO à articulação de pequenos agricultores do Extremo Oeste

A proposta de associar a produção avícola de pequenos agricultores da região vem desde a identificação da incapacidade de aumentar a produção de frangos somente contando com a estrutura da cooperativa, por volta do ano 2002. Com isso, foi buscada a parceria com a

³⁰ Os principais produtos Terra Viva da regional Extremo Oeste são: leite e derivados, industrializados nas Unidades Longa Vida e Laticínio de Leite da COOPEROESTE, ambas em São Miguel do Oeste; frango, produzido e abatido pela COOPERUNIÃO; doces e conservas, beneficiados na Indústria de Alimentos Persch Ltda., também em São Miguel do Oeste.

³¹ Terra Viva é a marca compartilhada dos produtos de assentamentos de reforma agrária de SC. Martins (2006) apresentou um estudo sobre o valor desvelado à marca Terra Viva devido à característica organização da produção, industrialização e comercialização adotada pelos assentados cooperados. Segundo o autor, a decisão de criar uma marca única para comercialização dos produtos da reforma agrária do estado veio de discussões do MST via Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA/SC), no ano 1995.

AEPAC considerando a trajetória dos dois movimentos em construir ações conjuntas de fomento à segurança alimentar e produção agroecológica.

Tendo por base as relações que se estabelecem nos sistemas de integração vigentes, é possível sugerir que várias mudanças devem ser orquestradas de forma a não reproduzir as contradições e perversidades do sistema e ao mesmo tempo apresentar uma proposta que se viabilize economicamente.

Para os pequenos agricultores, essa proposta vem complementar o projeto de organização da produção pensado regionalmente pela AEPAC, especialmente quando considerada a possibilidade de conversão de unidades com produção de fumo para a produção de alimento, neste caso, o frango colonial.

Projetando o sistema em caráter experimental, considerando a somente o fornecimento de matéria-prima para operação do abatedouro em seu ponto de equilíbrio, isto é, de forma a igualar custo de produção e renda, que no caso do abatedouro fica em torno de 3200 aves/dias (40% da capacidade instalada) tem-se projetada a produção integrada sob os seguintes parâmetros:

TABELA 02 – Dimensionamento do sistema para atingir o ponto de equilíbrio do abatedouro incluindo a oferta de matéria-prima da COOPERUNIAO:

Parâmetro	Convencional	Colonial
Dias de abate/mês	22	22
Idade de abate (dias)	44	84
Vazio sanitário (dias)	10	10
Viabilidade (dias)	96	94
Conversão alimentar	1,90	2,80
Peso de abate (g)	2.400	2.400
Densidade alojamento aves/m ²	12	10
Tamanho módulo (Aves)	7.000	500
Área do módulo (m ²)	608	53
Área do piquete (m ²)	-	1.596
Número de módulos	21	94
Tamanho dos módulos (m ²)	608	53
Número de pintos alojados/mês	61.875	11.702
Plantel total a campo	67.222	32.766
Frango abatido/dia (ton.)	6,48	1,20

Fonte: Análise documental dos projetos de viabilização do sistema e pesquisa de campo.

Como descrito, a COOPERUNIÃO vem adequando as instalações do abatedouro e fábrica de ração para aumentar sua produção de frangos abatidos, porém são necessários investimentos na viabilização da logística do sistema de integração com agricultores da região para os quais foi elaborado um projeto de financiamento, o qual serviu de documento importante para elaboração desta pesquisa. Além da busca por créditos subsidiados, as instituições vêm estudando outras possibilidades de ajustes que facilitem a implantação do sistema.

Para isso, foram levantadas novas demandas por máquinas e equipamentos necessários à efetivação da parceria. Com a fábrica de ração com capacidade produtiva de 15ton/dia ração e capacidade de estocagem de insumos por três meses, ter-se-iam disponíveis cerca de 8 ton/dia de ração. Disto surge um primeiro desafio: dimensionar um sistema de aquisição de grãos para fabricação de ração aos integrados do sistema. Atualmente, a COOPERUNIÃO tem de comprar parte dos componentes da ração de cooperativas agroindustriais atuantes na região. Caso não se delineie um sistema de fornecimento adequado ao volume de grãos demandados, o sistema ficará mais suscetível às oscilações de preços deste produto. Um outro aspecto é relativo ao sistema de produção de milho e soja adotado, que apesar de usar técnicas de conservação de solos e água (plantio direto, adubação com cama dos aviários da própria cooperativa, consorciação de culturas), ainda não se conseguiu implantar um sistema orgânico para produção dos grãos no assentamento, ainda sendo utilizados agrotóxicos. Também os grãos comprados de produtores da região vêm de sistemas totalmente convencionais, o que representa um dos entraves outro entrave transição dos sistema de criação de frangos como agroecológico.

TABELA 03 – Demanda de componentes para fabricação de ração aos 110 aviários projetados para a fase de experimentação do sistema

Item	Convencional	Colonial	Total
Insumos para Ração/tons. (mês)			
Energético (Milho)	176,07	48,05	224,11
Protéico (Soja)	81,26	22,18	103,44
Suplemento mineral	13,54	3,70	17,24
Ração (tons)			
Ração mensal	271	74,00	345,00
<u>Ração diária</u>	<u>9,03</u>	<u>2,46</u>	<u>11,49</u>

Fonte: Análise documental dos projetos de viabilização do sistema e pesquisa de campo.

Para isso, foi pensada a organização da produção e aquisição de grãos junto aos agricultores que tradicionalmente já vêm produzindo milho e soja na região. Da mesma forma que se tem o desafio de projetar um sistema de integração da produção de frangos baseado em relações justas, fica o desafio de organizar esta produção. Para tal, vem sendo proposta a aquisição de produtos através das cooperativas organizadas pelos dois movimentos.

Existe, ainda, a perspectiva de associar a produção de ração ao projeto da unidade de beneficiamento de biodiesel e outras microunidades de produção de agrocombustíveis previstas no projeto de estudo da viabilidade da implantação de agrocombustíveis.

Um ponto frágil do sistema é o fornecimento de pintainhos. A Embrapa Suínos e Aves propôs o fornecimento de aves de 01 dia da linhagem Embrapa-041, do tipo colonial, para implantação dos sistemas semi-confinados, porém este fornecimento fica condicionado às demandas do incubatório de acordo com os projetos da empresa. Uma sugestão dada pelos técnicos desta instituição foi a busca de avicultores multiplicadores que têm convênio com a Embrapa para difusão das linhagens desenvolvidas.

No que se refere à disponibilidade de veículos para transporte da ração e frangos em ponto de abate, o maquinário disponível na COOPERUNIÃO não é suficiente para suportar a logística ser desenhada para a região, sendo outra medida de ajuste necessária. A dependência de fretamento destes insumos e produtos, especialmente da carga viva é despesa que aumenta muito os custos operacionais. Tem-se a perspectiva de aquisição de caminhões para transporte

de frango vivo até o abatedouro e de ração até os avicultores, ainda assim, segundo levantamento de técnicos da Embrapa Suínos e Aves envolvidos no estudo de viabilidade do projeto, a distância percorrida para entrega do frango vivo, considerando as condições de bem-estar e sanidade da carga de animais não pode superar os 70km. Portanto, tem-se trabalhado com a perspectiva de constituição de grupos de produtores que se localizem em áreas próximas à COOPERUNIÃO, até que se constitua um sistema mais adequado de distribuição.

A formação de grupos de produtores auxilia, ainda, na potencialização do trabalho através da cooperação, além de constituírem núcleos nos quais resoluções sobre o sistema de integração podem ser avaliadas e sugeridas, por exemplo.

Coerente a isso, o projeto coloca a necessidade de ampliação da capacitação de técnicos e agricultores sobre sistemas de produção de frango convencional e colonial, espaço no qual certamente serão discutidos temas relevantes para a viabilização do sistema de forma coletiva.

Tendo em vista as condições atuais e todas essas adequações necessárias, as entidades parceiras vêm avançando no estabelecimento de um primeiro canal de fornecimento de matérias-primas compradas pela COOPERUNIÃO dos avicultores vinculados à COOPEROESTE e a OESTEBIO, que se encarregarão de acompanhar a produção e viabilizar a entrega de ração e frango ao abatedouro. Para isso, é necessário equacionar a questão do preço pago ao produto e organizar canais que consigam dar suporte a este sistema.

Além disso, algumas medidas cogentes colocadas pelas empresas integradoras deverão ser revistas de forma a ensaiar as novas relações que constituirão o sistema em desenho.

4.2 PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRANGOS DE CORTE NA REGIÃO EXTREMO OESTE: CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA E CUSTOS DE PRODUÇÃO

A análise econômica se deu junto a uma família que tem sua produção verticalmente integrada a uma empresa agroindustrial. O sistema de produção é do tipo convencional, com intensa aplicação de insumos e uso de linhagens geneticamente melhoradas sob confinamento. Vale ressaltar que os índices de desempenho zootécnico das aves (com ciclo de crescimento e engorda entre 42-45 dias e conversão alimentar média 1,85), bem como o padrão de construção (galpão manual de madeira) do sistema estudado são defasados com relação ao padrão tecnológico que vem sendo difundido entre os avicultores integrados da região.

Ainda assim, foi mantida a análise deste sistema por ser padrão disponível entre os agricultores que deverão ter suas instalações reativadas. Além disso, é mais próximo das condições tecnológicas adotadas pelo sistema de criação de aves atualmente adotado na COOPERUNIÃO (à exceção do intenso uso de medicamentos), que deverá servir de referência para os avicultores integrados, a fim de manter a qualidade do frango Terra Viva.

Gastos com água não foram contabilizados, por ainda não ser vigente na região a cobrança pelo uso, a qual deve ser implantada em breve.

Tampouco foram contabilizados os custos com ração e pintainhos por estes serem antecipados pelas empresas, não entrando no cálculo de remuneração apresentado pela empresa ao agricultor no documento “Demonstrativo de acerto da parceria avícola”. Além disso, se comparados os custos de aquisição destes insumos para a agroindústria e para os avicultores, ou até mesmo para a COOPERUNIÃO, é identificada uma grande diferença, dado o fato de a agroindústria possuir a estrutura de produção de pintos de um dia, contando com avicultores também integrados e incubatório próprio.

Já no caso da ração, as empresas integradoras apresentam vantagem comparativa por ter estabelecidos contratos de compra com produtores da região ou de outras áreas de fronteira agrícola com menores custos de oportunidade.

Os resultados da análise de custo, bem como a renda obtida pelo lote e a especificação de despesas não remuneradas pela empresa integradora são apresentados na Tabela 04 que se segue:

TABELA 04 – Análise de custos de produção e renda de um lote 7000 aves criado sob sistema convencional, em galpão manual (50X12m).

CUSTEIO	Custo por lote
A. Custos fixos	R\$ 3.713,48
Depreciação	R\$ 428,46
Manutenção equipamentos (base de cálculo 20% depreciação anual)	R\$ 85,69
Custo do Capital	R\$ 3.125,11
Funrural	R\$ 74,22
B. Custos Variáveis	R\$ 1.847,81
Timsen (pote)	R\$ 49,74
Raticida (pct 25g)	R\$ 12,75
AVT (frasco)	R\$ 7,53
Cloro (pote com pastilhas)	R\$ 2,32
Colostro (galão 5L)	R\$ 17,60
Suplemento eletrolítico (pedra)	R\$ 18,54
Lenha eucalipto (m ³)	R\$ 425,00
Cama de aviário (m ³)	R\$ 210,00
Lâmpadas (40kW)	R\$ 38,00
Óleo diesel (L)	R\$ 9,45
Energia elétrica - consumo médio calculado (kW) ³²	R\$ 154,40
Custo carregamento (dado integradora)	R\$ 302,82
Mão-de-obra aviário (base de cálculo salário mínimo)	R\$ 599,68
C. Custo Total (A+B)	R\$ 5.561,29
D. Dados para Análise	
Custo Fixo Unitário	R\$ 0,53

³² Note que o consumo médio calculado representa cerca de 60% da média da região, pelo fato das instalações de água não demandarem uso de bomba hidráulica, o que deve representar uma queda de cerca de R\$0,01 centavo nos custos variáveis por cabeça.

Custo Variável Unitário	R\$ 0,26
Custo Total Unitário	R\$ 0,79
Preço Pago pelo Integrador	R\$ 0,47
Renda Líquida	R\$ (0,32)
E. Custos não assumidos	
Maravalha, lenha, energia elétrica, além de não assumir custo com mão-de-obra	
F. Custos não Pagos pela integradora (por lote de 7000)	R\$ 1.389,07
G. Custos não Pagos pela integradora (por cabeça)	R\$ 0,20

Fonte: Dados de pesquisa de campo.

A análise do sistema apresenta sua inviabilidade considerando a baixa remuneração do produto praticada pela empresa agroindustrial. Se comparada à estimativa de custos levantada pela empresa integradora³³ que apresenta uma média de R\$ 0,28/cabeça, os custos do sistema estão muito acima do previsto. Segundo relato do avicultor, nesta estimativa não são considerados gastos com lenha, energia elétrica e água, que ficam como contrapartida do “avicultor parceiro”. Além disso, para a empresa a força de trabalho empregada não é considerada despesa do sistema de produção.

Se verificada a análise de custos levantada, é constatado que justamente estas despesas são responsáveis por maior parte dos custos variáveis aplicados em um lote.

O espólio praticado pela remuneração parcial dos custos envolvidos na produção é somente um dos mecanismos de subordinação da pequena produção ao sistema de integração vertical das empresas agroindustriais.

A empresa já vem exigindo adequações que comprometem a renda, como a construção de galpões automatizados e a introdução de linhagens de ciclo mais curto. Segundo relatos da família, estas adequações são desnecessárias por obrigarem a contração de empréstimos que mesmo sendo viabilizados com intermediação da empresa com recursos governamentais de crédito agrícola subsidiado, representa o comprometimento de parte de sua renda por até cinco anos.

³³ Dados apresentados pelo técnico da empresa integradora à família avicultora integrada.

O descontentamento é ainda mais explícito quando considerados os aumentos dos gastos com energia elétrica e água, não somente pelo fato do sistema automatizado ser mais demandante destes recursos, como por uma especificidade do sistema de produção em aviário manual estudado que possui instalações de fornecimento de água por gravidade, dispensando o uso de bomba d'água e galpões com melhor ambiência (árvores próximas, telhado de cerâmica, localização em área mais arejada) que implicam em menor necessidade de acionamento de ventiladores e nebulizadores³⁴.

Algumas medidas de controle são obrigatórias com pretexto de garantir da sanidade dos lotes e acabam por submeter toda a organização da unidade de produção às condições colocadas pelas agroindústrias. Um exemplo é a proibição de criação de outros pequenos animais na área, desde outras aves até animais de companhia como gatos e cachorros. Tal medida compromete a suplementação da renda com outras atividades bem como a própria segurança alimentar dos agricultores. Para efeitos de cálculo de renda da terra, que tampouco é remunerada pelas agroindústrias, isto leva a estimar que a área comprometida com o sistema de criação extrapola os limites dos aviários, considerando que o agricultor fica impossibilitado de desempenhar diversas atividades tradicionalmente executadas como o caso da suinocultura.

No documento de acompanhamento do lote constam medidas que visam a qualidade sanitária do sistema de produção, como controle de vacinas, consumo de água, controle de temperatura e medidas de ajuste do conforto térmico e umidade, pesagens semanais, acompanhamento do consumo de ração, contagem de mortalidade, registro de frangos consumidos pela família para rebate na cobrança de pintainhos, entre outras verificações que devem ser registradas diariamente. Segundo os termos do contrato de “parceria avícola”, o preenchimento inadequado da ficha de acompanhamento acarreta em desconto de 15% do valor total do bônus por produtividade.

³⁴ Essas considerações foram feitas pela família comparando as condições do aviário manual e do aviário automatizado recentemente instalado na área.

A remuneração das “boas práticas” a partir de bônus produtividade é uma ação da política de controle total de qualidade da produção, na qual é implantado um sistema de classificação dos avicultores de maneira a excluir os que não atingem as metas estipuladas pela empresa integradora. Segundo a empresa, a tabela tem por objetivo a padronização de critérios de avaliação dos aviários dos “parceiros” e pode ser aplicada tanto pelo técnico responsável pela unidade de produção quanto por outros setores da empresa agroindustrial relacionados ao controle de qualidade.

Segundo relatos, não fica clara a remuneração por prêmio produtividade, visto que ele só é aplicável aos aviários com desempenho considerado excelente pelos padrões do sistema de controle. A remuneração fica em torno de 24 a 30% do valor total agregado no lote a depender do desempenho do agricultor, sendo que esta é contabilizada ao calcular a média de preço pago por cabeça. Assim, quando considerados os R\$0,47/cabeça recebidos pelo agricultor, temos como parâmetro o pagamento efetuado a um “parceiro” com desempenho considerado excelente. De acordo com a família, a remuneração por cabeça praticada na região varia entre R\$ 0,26 a 0,59/frango, considerando os parâmetros de avicultores em vias de exclusão até avicultores com máximo prêmio de produtividade de alta capacidade de alojamento.

Uma outra questão levantada pelo agricultor foi a determinação da quantidade de prazos de produção de cada lote. No acordo com a integradora, a quantidade de pintainhos entregue para crescimento e engorda segue o planejamento produtivo da empresa, podendo haver uma margem de até 10% de variação na quantidade de animais criados. Da mesma forma, o período de carregamento dos animais é bastante variável ficando a cargo da empresa somente avisar a data certa com poucos dias de antecedência. Há relatos de caso em que a empresa passou até uma semana do período normal de criação dos frangos, o que acarreta o agricultor considera um prejuízo, já que ao atingir sua conversão alimentar máxima os

animais passam a representar aumento na despesa com ração que será rebatida dos custos do integrado, mesmo que os atrasos tenham sido por falta da integradora.

Por outro lado, o acordo estabelecido para os casos de perda de lotes por quaisquer questões sanitárias que fujam à alçada dos criadores, como o caso de epidemias, determina que o avicultor não sofra descontos deste lote, tampouco este recebe alguma remuneração pelos custos empreendidos.

4.3 SISTEMA COLONIAL DE CRIAÇÃO DE FRANGOS DE CORTE: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO EXTREMO OESTE.

A proposta de converter as instalações de fumo em sistemas semi-confinados de criação de frangos coloniais é um projeto novo proposto pela Embrapa Suínos e Aves. Portanto, não se tem ao certo os custos que acarretariam as mudanças necessárias. As tabelas 05 e 06 que se seguem apresentam uma estimativa de custos variáveis para criação de um lote de 1000 frangos coloniais com ciclo de crescimento e engorda de 85 dias.

O levantamento elaborado pela equipe técnica da AEPAC indica gastos efetuados por um agricultor com produção individualizada, o que deve acarretar maiores custos para aquisição de pintainhos e ração que deverão ser reduzidos com o fornecimento destes insumos a custos menores via sistema de integração.

TABELA 05 – Estimativa de custos com ração e pintainhos para alojamento de um lote de 1000 aves coloniais.

Item	Quant.	Unitário	Total
Pintainhos – um	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
Ração Inicial:			
Farelo de Soja – kg	350	R\$ 0,48	R\$ 168,00
Suplemento mineral – saco 40kg	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
Milho moído – saco 60kg	10	R\$ 16,75	R\$ 167,50
Ração crescimento/engorda:			
Farelo de Soja – kg	1500	R\$ 0,48	R\$ 720,00
Suplemento mineral – saco 40kg	5	R\$ 35,00	R\$ 175,00
Milho moído – saco 60kg	55	R\$ 16,75	R\$ 921,25
Custos parciais ração e pintainhos		R\$ 3,41	R\$ 3.186,75

Fonte: Levantamento de custos elaborado pela Equipe Técnica da AEPAC, resp. Marlei Três

Pelo fato de não se ter implantados estes novos sistemas a campo, foram considerados os dados levantados pela Embrapa para determinação de custo de produção. Será necessário fazer o levantamento acurado dos gastos envolvidos diretamente a campo, assim como seguido para a estimativa de custos de produção em sistema confinado.

TABELA 06 – Estimativa custos variáveis para produção de lote de 1000 aves em sistema colonial.

Item	Unitário (por ave)	Total (lote)
Maravalha	R\$ 0,22	R\$ 220,00
Calefação	R\$ 0,54	R\$ 540,00
Mão de obra	R\$ 0,078	R\$ 78,00
Eventuais	R\$ 0,013	R\$ 13,00
Seguro	R\$ 0,002	R\$ 2,00
Água	R\$ 0,006	R\$ 6,00
Energia elétrica	R\$ 0,01	R\$ 10,00
Custos parciais ração e pintainhos	R\$ 3,41	R\$ 3.186,75
Mão-de-obra aviário	R\$ 0,171	R\$ 171,34
Total custos variáveis previstos	R\$ 4,13	R\$ 4.227,09

Fonte: Adaptado de levantamento de custos de produção Embrapa Suínos e Aves e levantamento de custos elaborado pela equipe técnica da AEPAC.

A estimativa de custo de implantação dos galpões para sistema de criação em semi-confinamento realizada pela equipe técnica da AEPAC considera adaptações em galpões de fumo com 100m² de área, somada ao cercamento de 500m² de área descoberta com implantação de pastagem piqueteada. A tabela 07 que se segue apresenta a estimativa de custos para reforma do galpão.

TABELA 07 – Estimativa de custos de reforma de galpão de fumo de 100 m² de área coberta e implantação de 500 m² de pastagem para alojamento de lote de 1000 frangos coloniais.

Item	Quant.	Unitário	Total
Tela plástica – m	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
Moirões (aproveitamento madeira galpão)	32	--	--
Tela galinheiro – m	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
Comedouros infantil	10	9,37	R\$ 93,70
Bebedouros pendulares	6	R\$ 25,00	R\$ 150,00
Comedouros tipo cocho (madeira do galpão)	4	--	--
Encanamento de 25mm – m	60	R\$ 1,40	R\$ 84,00
Mão-de-obra para instalação piquete – diária	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
Balde pesagem	1	R\$ 8,39	R\$ 8,39
Balança 30kg	1	R\$ 96,76	R\$ 96,76
Lona para cobertura cama	5	R\$ 0,97	R\$ 4,85
Lâmpadas 100kW	4	R\$ 1,50	R\$ 6,00
Fio elétrico – m	30	R\$ 1,80	R\$ 54,00
Implantação de piquetes com pastagens – m ²	500	R\$ 0,06	R\$ 300,00
Bomba 6 estágios	1	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
Estimativa de custo de reforma		R\$ 2,65	R\$ 2.947,70

Fonte: Adaptado de levantamento de custos elaborado pela equipe técnica da AEPAC.

Tomando a estimativa de custos variáveis elaborada para a criação de um lote de 1000 aves coloniais sob sistema de semi-confinamento e adequando os custos de depreciação e manutenção de um lote sob sistema convencional, foi possível elaborar o seguinte cálculo de custos de produção para um lote de frangos coloniais:

TABELA 08 – Estimativa de custos de produção de um lote de 1000 frangos coloniais criados sob sistema de semi-confinamento.

CUSTEIO	Custo por lote
A. Custos fixos	R\$ 3.731,48
Depreciação	R\$ 61,21
Manutenção equipamentos (base de cálculo 20% depreciação anual)	R\$ 12,24
Custo do Capital	R\$ 176,86
Funrural	R\$ 10,60
B. Custos Variáveis	R\$ 4.227,09
Calefação	R\$ 540,00
Mão de obra	R\$ 78,00
Eventuais	R\$ 13,00
Seguro	R\$ 2,00
Água	R\$ 6,00
Energia elétrica	R\$ 10,00
Custos ração e pintainhos	R\$ 3.186,75
Mão-de-obra aviário (base de cálculo salário mínimo)	R\$ 171,34
C. Custo Total (A+B)	R\$ 7.958, 57
D. Dados para Análise	
Custo Fixo Unitário	R\$ 0,37
Custo Variável Unitário	R\$ 0,80
Custo Total Unitário (cabeça)	R\$ 1,17

Fonte: Elaborado a partir do levantamento de custos de produção da AEPAC e Embrapa Suínos e Aves, mais dados obtidos na pesquisa de campo.

Para efeito de cálculo do preço pago ao produto, foi feita a comparação dos custos de produção em sistema convencional e semi-confinado considerando os dados obtidos pela pesquisa de campo e pelo levantamento de custos da Embrapa Suínos e Aves e equipe técnica da AEPAC. Consideramos os custos com ração e pintainhos do sistema de criação de frangos coloniais que representam um percentual de 40,5% dos custos variáveis de um lote. Assim, foi possível obter dados comparativos acerca dos custos de produção dos dois sistemas de produção em estudo que propõem custos de produção semelhantes.

TABELA 09 – Comparação de custos de produção estimados para um lote convencional de 7000 frangos sob sistema de confinamento e um lote de 1000 frangos criados sob sistema semi-confinado.

Sistema	Custo de produção unitário (cabeça)	Peso final vivo (kg)	Custo de produção unitário (kg)
Convencional	R\$ 1,11	2,400	R\$ 0,46
Colonial	R\$ 1,17	2,400	R\$ 0,49

Fonte: Elaborado a partir do levantamento de custos de produção da AEPAC e Embrapa Suínos e Aves, mais dados obtidos na pesquisa de campo.

5 EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE INTEGRAÇÃO POLITICAMENTE EQUILIBRADA, ECONOMICAMENTE JUSTA

Os movimentos sociais camponeses vêm desenvolvendo uma concepção produtiva marcada por uma racionalidade agroecológica, orientada pela produção de alimentos “limpos”, na medida das possibilidades, livres de variedades transgênicas, insumos da indústria petroquímica, garantindo a biodiversidade e composto de outros elementos com o intuito de reverter um quadro de produção agrícola pressuposto pelo processo de modernização conservadora, marcado por uma lógica produtivista irracional ambiental e energeticamente, cujo único fundamento é a acumulação de lucros, não importando para tal qualquer compromisso seja com a sociedade, seja com o ambiente, exceto no plano das campanhas e estratégias de “marketing”.

Essa produção de alimentos sob sistemas menos impactantes ambientalmente tem sido vista como um desafio imenso, que envolve variáveis tecnológicas, culturais e políticas, capacitação de pessoas e é um processo em curso, logo, não isenta de contradições.

A “marca” de alimentos “limpos” pode até mesmo ser vinculada a uma maior valoração dos produtos Terra Viva e outras marcas de grupos semelhantes. Porém, isso significa uma restrição financeira do direito de consumo dos produtos agroecológicos, devido a mecanismos mercadológicos que imprimem maior valor de uso e mantêm um polpudo “nicho” dentro do complexo mercado de produtos agropecuários.

A estimativa de custos de produção de frangos coloniais no sistema de semi-confinamento a valores comparáveis aos do sistema de produção convencional indica que é possível produzir alimentos saudáveis sem acarretar em grandes aumentos no preço pago pelo

produto, o que reforça que a construção de estratégias produtivas com base em sistemas agroecológicos de produção é viável aos pequenos agricultores do Extremo Oeste catarinense.

No caso das unidades de produção em que se vão reativar as instalações ociosas para a produção de frango, o sistema de criação desenvolvido pela COOPERUNIÃO indica que é possível adotar medidas que diminuam os impactos sobre o bem-estar animal, a saúde dos avicultores e até mesmo a qualidade do alimento para o consumidor. Como exemplo de práticas diferenciadas, tem-se o aumento do ciclo de crescimento e engorda do frango, o arraçamento com alimento livre de antibióticos ou outros promotores de crescimento e a adoção de controle físico (especialmente a diminuição no adensamento) para garantia da sanidade animal em substituição aos tratamentos com medicamentos. A escolha de linhagens de frango com índices zootécnicos considerados menos “eficientes” se avaliados somente a conversão alimentar (clássico exemplo de otimização da relação insumo/produto) parece irracional. Porém, é adequada à proposta de montagem de sistemas de criação que considerem o bem estar animal, o que também indica uma opção por sistema que assume princípios ecológicos.

A maior inovação presente nesta proposta reside em possibilitar aos fumicultores uma opção produtiva que gere alimento para sua própria família e para a sociedade, além da possibilidade de diversificar os sistemas de produção. Este elemento é central nas falas dos fumicultores entrevistados³⁵ quando perguntados sobre as perspectivas de mudança de atividade:

(...) a gente espera que deixando o fumo comece com o leite e o frango. Porque o importante é ter duas atividades, nem mais nem menos. Que é o suficiente pra ocupar toda a mão-de-obra da família, mais que isso começa a perder o controle. (...) leite que é pra consumo e com bom manejo é fácil de trabalhar. E o frango que a gente não vai deixar um galpão daqueles vazio, né? Sem pensar que o frango tu pode criar pra comer. (Fumicultor Pedro)

³⁵ Entrevistas concedidas à autora no período de 28 a 31 de janeiro de 2008. Os nomes são fictícios para fins de preservação da fonte que prestou informação.

(...) outra questão negativa do fumo é que tu deixa de plantar a alimentação necessária para um agricultor. Daí o lucro do fumo está indo pra comer. Aqueles dez dias que trabalhou a mais tu vai tirar só pra comprar as coisas que antes você tinha. Ocupa tempo e terra, plantou fumou tu não vai ter como soltar uma vaca pra comer um pasto (...) ocupa a terra e destrói!
(Fumicultor Pedro)

Os relatos também enfatizam essa preocupação com a degradação ambiental, mesmo não conhecendo sistemas agroecológicos de produção, apontam a busca por novas atividades menos impactantes e consideram o frango uma alternativa viável especialmente pela pouca quantidade de terras disponíveis. Além disso, os entrevistados consideram a fumicultura bastante prejudicial à própria saúde, tanto pela intensa aplicação de agrotóxicos como pelo regime de trabalho necessário:

O fumo você tem que trabalhar o ano inteiro e ainda tem que cuidar muito pra conseguir tirar um pouco (...) Pelo menos agora, de uns dois anos pra cá, nós estamos só tirando dívida. (Fumicultora Joana)

(...) o fumo quando dá de estragar no galpão não tem coisa pior: uma que é tóxico (...) fica mal mesmo, você tem que entrar lá pro meio pra não acabar perdendo tudo não é fácil... ele é tóxico mesmo, não tem comparar.
(Fumicultor José)

Avaliando estas dificuldades, os fumicultores apresentam expectativas de melhores condições de trabalho com a conversão de suas atividades para outras atividades como criação de bovinos de leite ou frango:

(...) o aviário não dá muito serviço, o maior problema é quando tem os pintinhos pequenos. (Fumicultor José)

Dá o dobro de serviço das vacas, mais no calor que tem que trabalhar.
(Fumicultora Joana)

(...) E se olhar a renda dos produtores por aí, não fecha uma média de 5000,00 (reais) por ano. As vacas qualquer 12-13 vacas você faz 15000 por mês, trabalhando duas horas por dia. (Fumicultor José)

Quando perguntados sobre o funcionamento de um sistema ideal, os produtores apontam primeiramente os aspectos econômicos da relação:

Eu acharia que tem que ser com parceria, daí não tinha perder, pode não ser muito mais, mas também não perde (...) uma parceria assim uma porcentagem do negócio (...) de repente o lote não rendia muito e eu podia ganhar só metade, mas que pelo menos tivesse garantido. (Fumicultor José)

Acho que é mais vantagem com parceria porque de repente a pessoa investe o pouco que tem de dinheiro e acaba perdendo tudo. (idem)

Sobre esta remuneração, os fumicultores relatam, baseados na experiência de integração com as fumageiras, que o sistema deve ser bem esclarecido para ambas partes. Alguns relatos das práticas comuns entre as integadoras apontam descontentamento com o sistema de integração em que não se tem controle dos custos:

O preço também não é suficiente. Você manda o fumo e não sabe o quanto recebe e se for pra lá não tem mais volta (Fumicultora Maria)

(...) se você descarregou não vai mais ter de volta. Agora se tu pega um milho, por exemplo, você já consegue ter um controle do teu lucro (Fumicultor Antônio)

Ainda com base na experiência de integração, os agricultores apontam alguns elementos que deverão ser diferentes nesse novo arranjo, enfatizando a questão do financiamento da produção, que é onde mais percebem a iniquidade do sistema:

(...) a gente não vai ter dinheiro pra investir. Essa é uma parceria que tem que ser feita com a firma e que esta tem que cobrar esse dinheiro a partir da sua produção. Os juros têm que ser acessíveis, porque tem muito juros que se paga... por isso eu disse que a gente não ganha nada com a fumageira, os juros são altíssimos, não é que eles estão te ajudando, te ajudando a ir lá pro fundo... (Fumicultor Pedro)

Tem que cobrar em porcentagem do volume de produção, para sobrar renda mensal, tem que definir por cada agricultor quantas parcelas seriam cobradas pra prever a renda. (Agricultor João)

Para contornar esses problemas, os agricultores indicam a constituição de grupos onde se possa fazer avaliações mensais sobre os sistemas produtivos. Para eles, essa conformação também será vantajosa para as cooperativas, já que resolveria problemas de logística:

a primeira coisa é a gente conhecer quem são os idealizadores desse projeto, quem é o chefe. Reuniões para conhecer a empresa, discutir os parâmetros. (Fumicultor Pedro)

Se ela (cooperativa) trabalha em grupo, que nem ali já é um grupo, (...) se ela acha que nós podemos entrar juntos, fazer um grupo e entrar com ela... Outras já não puxam pra isso, né? A outras firmas querem é gente grande, elas querem cara que se vire, né? (Fumicultora Joana)

(...)Só que nem lá no assentamento eu já acho que esse pessoal pensa diferente. Pra eles só um produtor aqui não é viável.(idem)

Eu acharia que tinha que ter uma pessoa que tentasse encaixar pra cada um ter um pouquinho e fechar uma carga de frango (...) pro pessoal trabalhar em grupo. Mesmo por causa do frete. (Fumicultor José)

(...) que nem se a gente coloca um pouco de frango aqui, outro ali, a gente pode até juntar pra ajudar a descarregar a ração, cuidar dos pintos e até fazer a carga pra mandar pra lá, né? (idem)

Diferente de propostas utópicas há a preocupação com a transformação das bases materiais/concretas das relações de produção. É possível perceber nas falas a expectativa de que o sistema em implantação funcione de maneira mais equilibrada socialmente, onde os agricultores têm a liberdade de organizarem espaços de tomada de decisão que sejam respeitados pela integradora.

(...) nas reuniões além de ajudar na questão financeira, pra ver quanto ta dando de lucro e tal, dá pra avaliar a produção, se dá pra melhorar, se tem que tirar em coisas que produz mais ou menos. (Fumicultor Pedro)

Quanto mais unido, mais gente envolvida, mais força tem e mais fácil decidir as coisas (...) que nem pro leite aqui nos fundamos um grupo que o pessoal disse que não funcionava e não funcionava! Até o pessoal da própria empresa falou... até agora funcionou bem (...) a empresa também queria pagar alguns centavos a mais para desmobilizar. (...) No leite nós sempre ganhou preço melhor. Aqui no verão ninguém ganhou preço melhor que a gente (...) tem gente que saiu do grupo, com uma boa oferta de leite que perdeu até sete centavos. (Fumicultor José)

As diversas falas aqui registradas mostram que os pequenos agricultores da região trazem diversas sugestões de novas relações que devem ser estabelecidas em um sistema que seja marcado por relações politicamente equilibradas. Também indicam posturas mais comprometidas politicamente que consideram a relevância do trabalho coletivo. O arranjo produtivo em desenho, além de possibilitar novas práticas econômicas, garantindo a equidade, tem potencial de se orientar por outros critérios que superem a relação integradora-integrado constituída por mando e subordinação.

Para todos os agricultores entrevistados, a consolidação do sistema de integração entre pequenos agricultores baseado na constituição de grupos de avicultores representa, além das possibilidades de barganha apontadas, a formação de um espaço de construção de alternativas aos problemas a serem enfrentados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo se propôs a analisar a viabilidade de conformação de um complexo avícola orientado por princípios de equidade e solidariedade proeminentes nas organizações camponesas que surgiram em contraposição à ordem social baseada em relações de produção iníquas, estabelecidas no meio rural brasileiro. Tais relações são derivadas de um processo histórico de desenvolvimento capitalista-dependente impresso aos países latino-americanos.

Tomando as especificidades da região Sul do Brasil, buscou-se compreender a questão agrária no estado de Santa Catarina, a qual resultou em um processo de ocupação por trabalhadores rurais migrantes que foram atraídos e estabelecidos na região como colonos e, posteriormente, assentados de reforma agrária e que assumiram (e assim seguem) papel periférico à exploração agropecuária empresarial de caráter moderno.

Essa relação se explicita na conformação de sistemas de integração vertical da produção em pequena escala aos complexos agroindustriais formados na região Extremo Oeste e que dominam especialmente a suinocultura, fomicultura e avicultura.

Os elementos analíticos apresentados nesse trabalho indicaram tais contradições fundamentais que permeiam as relações de produção de alimentos no meio rural catarinenses.

O que se tentou demonstrar ao longo dessa dissertação é que as atuais relações produtivas dadas no meio rural que mantêm o agronegócio são balizadas pela persistência de dois elementos-chave: a superacumulação de lucros por parte da agroindústria e a crescente pauperização e descapitalização dos “parceiros”, representados pelos produtores agrícolas de pequena escala.

O entendimento do funcionamento do esquema convencional de produção avícola, realizado a partir do sistema de integração típico do estado de Santa Catarina, indica que a

integração convencional existente entre pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina e as empresas agroindustriais é desequilibrada, desigual e injusta.

Frente a isso, as alternativas propostas por movimentos sociais camponeses têm se aprimorado delineando novas estratégias de organização da produção com base na cooperação e coletivização, de forma coerente aos princípios que orientam tais movimentos. Ainda que carregue as contradições inerentes ao desempenho do cooperativismo dentro da ordem econômica capitalista, tais estratégias afirmam a necessidade de analisar o desempenho de uma organização produtiva a partir de critérios que superem a restrita avaliação econômica e incorporem aspectos sócio-ambientais.

Os subsídios levantados empiricamente junto a agricultores apontam para novos arranjos na organização da produção e mostram que não constitui uma fatalidade aos pequenos agricultores a submissão ao grande esquema oligopolista de produção de frango, articulado pela indústria agroalimentar através do estabelecimento de contratos de integração vertical.

Outra contribuição que este estudo tentou levantar é a possibilidade de ofertar produtos de origem animal (frangos e ovos) em escala suficiente para suprimento das necessidades de alimento para o povo. Assim, é possível combinar segurança alimentar com justiça e equidade entre parceiros produtivos.

Muitas das considerações finais deste trabalho já foram apontadas pelos agricultores que indicaram perspectivas para a implantação do projeto de integração que seja coerente à trajetória dos movimentos sociais envolvidos na construção de relações equânimes e justas.

A avaliação econômica de um sistema de criação de frangos integrado à agroindústria via contratação apresentou índices de rentabilidade compatíveis a sistemas de criação possivelmente adotados por agricultores incorporados ao arranjo produtivo estudado. Além de

inovar na própria relação entre parceiros produtivos (agricultor e agroindústria), mostra-se a possibilidade de implantação sistemas com base tecnológica diferenciada.

Consideramos evidentes as possibilidades de combinar uma modalidade de integração que seja equivalente do ponto de vista econômico para integrados e integradores. Assim estabelecendo um arranjo que considere a relevância produtiva como critério de desempenho, colocando qualidade de vida humana associada acima da acumulação de capitais.

Não é mais possível adiarmos o debate sobre a quem se destinam os custos “externos” da produção de mercadorias. A emergência ambiental do planeta exige que este debate seja considerado com toda a sua pertinência, urgência e centralidade.

O ônus de um processo produtivo sabidamente destrutivo, dissipador dos recursos naturais e humanos não se constitui numa fatalidade histórica, nem permite que operemos uma espécie de naturalização deste “estado de coisas”, contra a qual nada se pode. É preciso ampliar o debate com objetivo de demonstrar que esta trajetória é politicamente constituída, ou seja, atende aos ditames de certa formação histórica específica, com interesses econômicos muito marcados, em nome dos quais se organizam a cultura e a sociedade.

Para tal, é forçoso que enunciemos a urgência de romper com o pensamento único que acompanha a ação econômica humana nestes tempos (a glorificação do deus mercado) para redefinirmos uma agenda econômica que encaminhe o debate necessário à construção de uma visão de mundo que propugne pela emancipação de homens e mulheres no mundo todo que nada têm a não ser sua capacidade de trabalho.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, R. **A Agricultura familiar e os contratos:** reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis: Ed. Pallotti, 1997. 112p.

AVILA, L. G. **Desenvolvimento industrial e rendimento da terra:** um estudo de caso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1985. 106 p.

BENSON, J. K. Organizations: a dialectical view. **Administrative Science Quarterly**. v. 22, n 01, p. 01 – 21. mar 1977. Disponível em: <<http://www.ebscohost.com>>. Acesso em: 05 de abr de 2008.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa Participante. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. p.42-62.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicações em empresas modernas.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

BUARQUE, S. C. **Descentralização das ações de apoio à reforma agrária.** Brasília: PCT INCRA-IICA, 1998.

CARDOSO, R. C. L. **As aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: _____ (org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. p. 95-106.

CENCI, V. & TALAMINI, E. **Perspectivas e prospectivas da avicultura nas regiões Sul e Centro Oeste: uma análise baseada nas vantagens comparativas.** Textos para discussão nº. 02. Centro de Pesquisa e Extensão FEAC/ Universidade de Passo Fundo. 2006

CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999).** São Paulo: Ed. CONCRAB, 1999. 54p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone, 1985. 240p.

DORIGON, C. **Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense.** In: Anais do II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro, agosto de 2004.

DURHAM, E. R. **A pesquisa antropológica com populações urbanas:** problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. C. L (org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. p. 17-38

FALCÃO, J. F. N & MEDEIROS, J. X. **Análise das vantagens do deslocamento da suinocultura integrada para a região Centro Oeste: o caso Projeto Buriti da Perdígão.** In: Anais do Congresso da Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005.

FARINA, E. M. Q.; SAES, M. S. M.; AZEVEDO, P. F. **Competitividade:** Mercado, Estado e Organizações. São Paulo: Ed. Singular, 1997. 286p.

FRANK, A. G. **A agricultura brasileira:** capitalismo e mito do feudalismo – 1964. In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil:** o debate a esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. 320 p.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981. 5ed.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora EdUFRGS, 1999. 238 p.

GUIMARÃES, A. P. **As três frentes da luta de classes no campo brasileiro.** In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. 304 p.

HEREDIA, B et al. **Análisis de los impactos regionales de la reforma agraria en Brasil.** Brasília: NEAD, 2004. 44p.

IBGE **Censo agropecuário de Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acesso em 30 de abr de 2008.

ICEPA **Avaliação do Valor Bruto da Produção Agropecuária nas Microrregiões Geográficas de Santa Catarina:** 2000-2001. Florianópolis: ICEPA, 2002. 32p. Disponível em: <<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em 30 de abr de 2008

_____. **Caracterização Regional:** Regional São Miguel D'Oeste. Florianópolis: ICEPA, SDR/SC, 2003. 52p. Disponível em: <<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em 30 de abr de 2008.

JONES, A. S.; GUIDUCCI FILHO, E. **Desenvolvimento econômico e reforma agrária:** hipóteses para o debate. In: SANTOS, M. L. ; VIEIRA, W. C.. (Org.). **Agricultura na Virada do Milênio.** Viçosa (MG): Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2000, v. 01, p. 45-56.

KOROSUE, A. **Autogestão e relações de trabalho:** transformação ou manutenção das condições precárias do trabalho no capitalismo? 2007. 177f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.

LAZZARINI, S. G. **Estudos de caso para fins de pesquisa:** aplicabilidades e limitações do método. In: FARINA, E. M. M. (org.) **Estudos de caso em agribusiness.** São Paulo, 1997. p. 9-23

LEITE, S. et all. (coord.) **Impacto dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA, NEAD; São Paulo: Editora Unesp (co-editora), 2004. 392p.

LUXEMBURGO, R. **Social Reform or Revolution**. Londres: Militant Publication, 1986 (versão inglesa). 1900 (primeira edição alemã). p. 04-06. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg>> Acesso em 17 de abr de 2008.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes da formação da classe camponesa brasileira**. In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate a esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. 320 p.

MARTINS, V. **O processo produtivo em assentamentos rurais: o caso de sete assentamentos do Extremo Oeste de Santa Catarina que utilizam a marca Terra Viva**. 2004. 146f. Monografia (Bacharelado em Administração Rural e Gestão Agroindustrial) – Fundação de Desenvolvimento Educação e Pesquisa da Região Celeiro, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Ronda Alta - RS.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 175p.

MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55- 64; 161-194

MIELE, M. & WAQUIL, P. D. **Estrutura e Dinâmica dos Contratos na Suinocultura de Santa Catarina: um estudo de casos múltiplos**. Estudo Econômicos. São Paulo, v.37, n. 4, p. 817-847. 2007.

MST Síntese do Seminário de planejamento do setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente /SC. Chapecó, 2004. Mimeo.

_____. **V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância**. São Paulo, 2007. 52 p. (Cartilha do V Congresso Nacional do MST).

NORDER, L. A. C. **Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial**. **Lutas & Resistências**. n. 01, p. 107-120. 2006.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 184 p.

PERTILE, N. Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no Oeste Catarinense. **Geografia**. Rio Claro, v. 29, n. 2, p. 241-252. mai/ago 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **OSAL**. ano VI, vol. 01, n. 16, p. 23-34. 2005.

SAMPAIO, P. A. La Reforma Agraria en América Latina: una revolución frustrada. **OSAL**. ano VI, vol. 01, n. 16, p. 15-22. 2005.

SANDER, B. **A teoria das organizações e a qualidade de vida humana coletiva**. In: _____ **Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**. São Paulo: Pioneira, 1984. p. 07-50.

SEABRA, G. F. **Pesquisa científica: o método em questão.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 105-129.

_____**Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a. 128p.

STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005a. 304 p.

_____**A questão agrária no Brasil: o debate a esquerda: 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2005b. 320 p.

_____**A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

ZILLI, J. et al. **Produção de frango de corte: uma comparação socioeconômica dos avicultores da região Sul e da região Centro Oeste do Brasil.** Textos para discussão n°. 01. Centro de Pesquisa e Extensão FEAC/ Universidade de Passo Fundo. 2005

ZOLDAN, C.P. **Produto interno bruto dos municípios catarinenses - 1999 a 2003.** Florianópolis: Epagri, 2006. 25p. (Epagri. Documentos, 228).

APÊNDICES

APÊNDICE I:

Roteiro de entrevista semiestruturada com fumicultores em transição

Quais as vantagens e desvantagens da produção de fumo?

Pretende abandonar a atividade? Por quê? Tem outro projeto pensado para substituição?

Conhece projetos/experiências de reconversão da fumicultura para sistemas de produção agroecológicos?

Conhece o sistema de criação de frangos coloniais usando instalações ociosas da fumicultura?

Acredita que seja uma alternativa que cubra a renda do fumo?

Como imagina uma parceria/integração justa? O que deve ser diferente e o que deve ser igual à relação com as fumageiras?

APÊNDICE II:

Roteiro de entrevista semiestruturada avicultores com estruturas ociosas

Quais as principais dificuldades que fizeram abandonar a atividade?

Como era a relação com a integradora ou (com o mercado, para não-integrados)? O que era vantajoso e o que era desvantajoso?

Como acha que deveria uma parceria/integração com a COOPERUNIÃO:

- Com relação ao preço pago
- Com relação à autonomia de decisões
- Com relação ao tipo de contrato: parceria, serviço, integração.

Acha a avicultura uma boa atividade para a produção de pequena escala?

Conhece os sistemas de avicultura agroecológica? Acredita que seja possível gerar renda com a criação de frangos em sistemas alternativos?

APÊNDICE III:

Roteiro de entrevista semiestruturada com técnicos da AEPAC

Apresentar histórico do projeto com a COOPERUNIÃO:

- Quando o MPA começou a contribuir nas discussões
- Como se tornou um projeto de desenvolvimento local

Como a proposta se integra às outras atividades da AEPAC?

Quais as expectativas da AEPAC com relação ao projeto? E as principais limitações, atualmente?

Como vêm sendo as discussões da proposta junto aos grupos de base?

Existe abertura por parte dos agricultores para trabalhar a criação agroecológica de aves?

Como está sendo pensada a capacitação dos técnicos e agricultores?

Como deveria ser um contrato com a COOPERUNIÃO (serviço, integração, parceria, entre outros)? O que não pode faltar e o que não deve ser repetido se comparados aos contratos de integração atualmente praticados?

APÊNDICE IV:

Investimentos em materiais e equipamentos para um galpão 50x12 capacidade para 7000 aves

INVESTIMENTO EM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS				
Especificação da despesa (para um lote em aviário não-automatizado 50x12m²)				
Tempo produção lote: 60 dias (42-45 alojamento + 10-14 vazio)				
Galpões 50x12m² 11 e 5 anos (vida útil estimada 25 anos)				
Custos Fixos	Unidade de medida	Quantidade (por aviário)	Custo unitário	Custo total
- Aquecedor a lenha	un	7	R\$ 190,00	R\$ 1.330,00
- Conjunto ventilação	un	1	R\$ 970,00	R\$ 970,00
- Bomba para nebulização	un	1	R\$ 380,00	R\$ 380,00
- Grampo mexedor cama	un	1	R\$ 310,00	R\$ 310,00
- Comedouros infantis	un	60	R\$ 9,37	R\$ 562,20
- Comedouros tipo tuboflex	un	180	R\$ 13,48	R\$ 2.426,40
- Conjunto forração e cortinas	un	1	R\$ 5.531,14	R\$ 5.531,14
- Caixa d'água 250L	un	1	R\$ 158,00	R\$ 158,00
- Mangueira para rede água (m)	m	18	R\$ 0,67	R\$ 12,06
- Conjunto bebedouro tipo "nipple"	un	1	R\$ 2.038,78	R\$ 2.038,78
- Registro dosador cloro	un	1	R\$ 8,50	R\$ 8,50
- Balde pesagem	un	1	R\$ 8,39	R\$ 8,39
- Balança 30kg	un	1	R\$ 96,76	R\$ 96,76
- Lona para cobertura cama	m ²	30	R\$ 0,97	R\$ 29,10
- Bomba 6 estágios	un	1	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
			TOTAL	R\$ 15.011,33

APÊNDICE V:

Investimentos para construção de um galpão 50x12 capacidade para 7000 aves

INVESTIMENTO: MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA CONSTRUÇÃO GALPÃO 50X12m				
Material	Quantidade	Unidade	Custo unitário	Custo total
Poste de eucalipto	72	un	R\$ 24,00	R\$ 1.728,00
Cimento	114	sc	R\$ 19,21	R\$ 2.189,94
Areia	37	m ³	R\$ 83,62	R\$ 3.093,94
Brita	15	m ³	R\$ 45,38	R\$ 680,70
Água	2,3	m ³	R\$ 2,14	R\$ 4,92
Cal	2	m ³	R\$ 111,45	R\$ 222,90
Ferro (5x16mm)	180	m	R\$ 20,66	R\$ 3.718,80
Telhas de barro	14	milheiro	R\$ 930,00	R\$ 13.020,00
Ripas de eucalipto	2500	m	R\$ 1,00	R\$ 2.500,00
Travessas	108	m	R\$ 1,00	R\$ 108,00
Escoras	162	m	R\$ 1,00	R\$ 162,00
Tábuas madeira	55	m ²	R\$ 36,00	R\$ 1.980,00
Pregos 17X27	12	kg	R\$ 5,60	R\$ 67,20
Tijolos maciços	5	milheiro	R\$ 310,00	R\$ 1.550,00
Tijolos 6 furos	3	milheiro	R\$ 312,50	R\$ 937,50
Carpinteiro	32	diária	R\$ 80,00	R\$ 2.560,00
Pedreiro	100	diária	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
			TOTAL	R\$ 36.523,90

APÊNDICE VI:

Custos de implantação e depreciação de instalações para produção de um lote em galpão 50x12 capacidade para 7000 aves

CUSTOS IMPLANTAÇÃO		
Projeto de licenciamento ambiental	R\$	380,00
Taxa de licenciamento ambiental	R\$	170,00
Construção galpão	R\$	36.523,90
Aquisição materiais e equipamentos	R\$	15.011,33
TOTAL CUSTO IMPLANTAÇÃO	R\$	52.085,23
CUSTO CAPITAL POR LOTE (6% CUSTO IMPLANTAÇÃO)	R\$	3.125,11

VALOR DE SUCATA GALPÃO COMPLETO		
Valor sucata galpão (vida útil 20 anos)	R\$	4.000,00
Valor residual equipamentos (média vida útil 15 anos)	R\$	700,00
Valor de sucata galpão	R\$	4.700,00

CUSTO DEPRECIÇÃO ANUAL		
Custo depreciação anual materiais e equipamentos	R\$	944,55
Custo depreciação anual galpão	R\$	1.626,20
CUSTO DEPRECIÇÃO ANUAL	R\$	2.570,74

APÊNDICE VII:

Custos variáveis para produção de um lote em galpão 50x12m capacidade para 7000 aves

CUSTOS VARIÁVEIS			
Especificação das despesas de custeio (para um lote em aviário não-automatizado 50x12m²)			
Tempo produção lote: 60 dias (42-45 alojamento + 10-14 vazio)			
Item	Quant.	Custo unitário	Custo total
Timsen (pote)	3	R\$ 16,58	R\$ 49,74
Raticida (pct 25g)	15	R\$ 0,85	R\$ 12,75
AVT (frasco)	0,5	R\$ 15,05	R\$ 7,53
Cloro (pote com pastilhas)	0,2	R\$ 11,58	R\$ 2,32
Colostro (galão 5L)	0,2	R\$ 88,00	R\$ 17,60
Suplemento eletrolítico (pedra)	18	R\$ 1,03	R\$ 18,54
Lenha eucalipto (m ³)	25	R\$ 17,00	R\$ 425,00
Cama de aviário (m ³)	7	R\$ 30,00	R\$ 210,00
Lâmpadas	10	R\$ 3,80	R\$ 38,00
Óleo diesel (L)	5	R\$ 1,89	R\$ 9,45
Água - consumo médio calculado (m ³)	68,75	R\$ 2,14	R\$ 147,13
Energia elétrica - consumo médio calculado (kW)	593,83	R\$ 0,26	R\$ 154,40
Custo carregamento (dado integradora)	--	--	R\$ 302,82
Mão-de-obra aviário (base de cálculo salário mínimo)	289	R\$ 2,08	R\$ 599,68
		TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS	R\$ 1.994,94

APÊNDICE VIII:

Carga de trabalho e atividades demandadas para criação de um lote de 7000 aves em galpão manual 50x12m

CARGA HORÁRIA DE TRABALHO EM UM LOTE DE 7000 AVES EM AVIÁRIO MANUAL 50x12m			
ATIVIDADES PRÉ-ALOJAMENTO			
Preparação para recepção do lote	Tempo gasto	Atividades	Total horas/atividades/ciclo
1º dia Obs.: requer 2 pessoas por aviário	1 hora	Regulagem de água	2 horas
		Acendimento de luzes	
		Arraçoamento	
	30 min	Acendimento das campânulas (2 a 6 horas antes)	
	30 min	Abastecimento reservatório água (abertura e fechamento vertedouro)	
Descarregamento pintainhos	Tempo gasto	Atividades	Total horas/atividades/ciclo
1º dia Obs.: são pedidas 06 pessoas pela integradora ¹	1 hora	Colocação dos pintainhos no círculo de proteção	1 hora
		Conferir quantidade e mortalidade tomando amostra de 10 caixas	
		Contagem de caixas	
		Limpeza e devolução das caixas	
ATIVIDADES ROTINEIRAS DURANTE CRESCIMENTO/ENGORDA (1 pessoa)			
Período do ciclo de crescimento/engorda	Tempo gasto	Atividades	Total horas/atividades/ciclo
2º - 10º dia	4 h/dia	Acendimento e manutenção dos aquecedores	até 235 horas
		Arraçoamento (a cada 2 dias)	
		Mexedura da cama	
		Manutenções e reparos	
	30 min/dia	Verificações durante madrugada	
1º - 10º dia	1 a 2h/dia	Corte e coleta de lenha	
11º - 25º dia	3h/dia	Arraçoamento (diário)	
		Mexedura da cama	
		Manutenções e reparos	
		Administração de medicamentos (14º - 25º dia)	
26º - abate (42/45 dias)	5h/dia	Arraçoamento	
		Mexedura da cama	
		Manutenções e reparos	

(cont.)

CARGA HORÁRIA DE TRABALHO EM UM LOTE DE 7000 AVES EM AVIÁRIO MANUAL 50x12m			
Todo o período	30 min	Abastecimento reservatório água (cerca de 14 operações)	
	30 min/dia	Verificações durante dia	
Outras atividades rotineiras	Tempo gasto	Atividades	Total horas/ atividades/ciclo
Teste de acidez	15 min	Verificações semanais	13,5 horas
Pesagem	1 hora	Verificações semanais	
Vacinação	30 min	Duas doses, aos 14 e 20 dias	
Abastecimento reservatório água	30 min	Abertura e fechamento vertedouro a cada 3 dias (cerca de 15 operações)	
ATIVIDADES APÓS CRESCIMENTO/ENGORDA			
Carregamento frangos	Tempo gasto	Atividades	Total horas/ atividades/ciclo
Fim do período de alojamento (42/46 dias) Obs: envolve equipe enviada pela empresa mais uma pessoa da família para acompanhar	6 horas	Molhar frangos (quando temperatura maior 15°C)	6 horas
		Preenchimento de questionário de avaliação da equipe e do produtor	
		Desinfecção do arco sanitário	
		Controle da bom d'água	
		Cobertura da cama de aviário (até 5h depois saída do lote)	
Vazio sanitário	Tempo gasto	Atividades	Total horas/ atividades/ciclo
10 a 14 dias antes do próximo alojamento	30 min	Abertura e fechamento vertedouro (cerca de 3 operações)	31,5 horas
	8 horas	Tratos fermentação cama de aviário (amontoa, transporte ² , descarregamento e cobertura)	
	8 horas	Limpeza de instalações e equipamentos	
	8 horas	Recolocação da cama (carregamento, transporte e recolocação)	
	6 horas	Arrumação da pinteira (colocação de cama nova, montagem de equipamentos e círculo de proteção)	
TOTAL = 289 horas/ciclo de 60 dias			

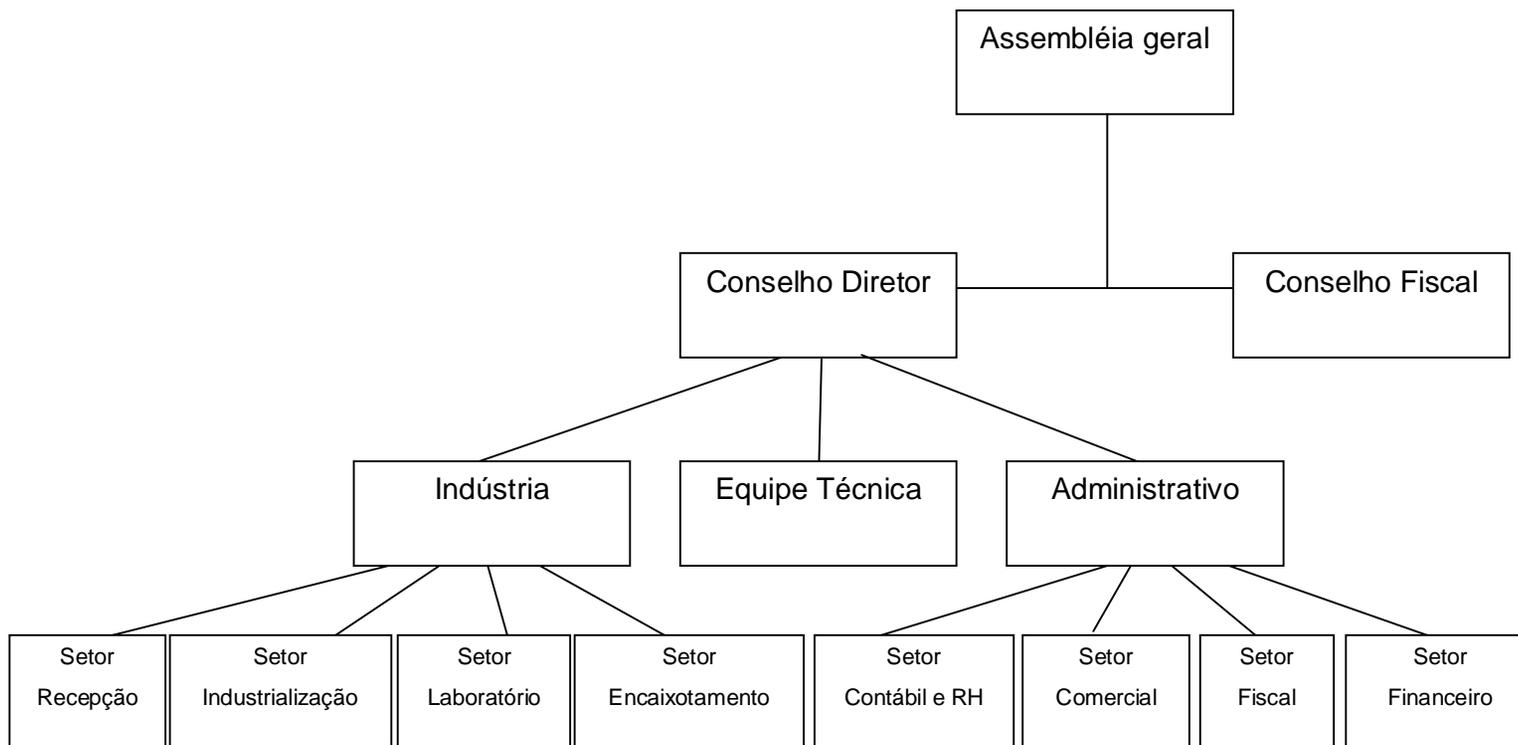
ANEXOS

ANEXO I:

Relação de assentamentos da Brigada Justino Draszevski e distribuição de famílias assentadas e respectivas áreas ocupadas

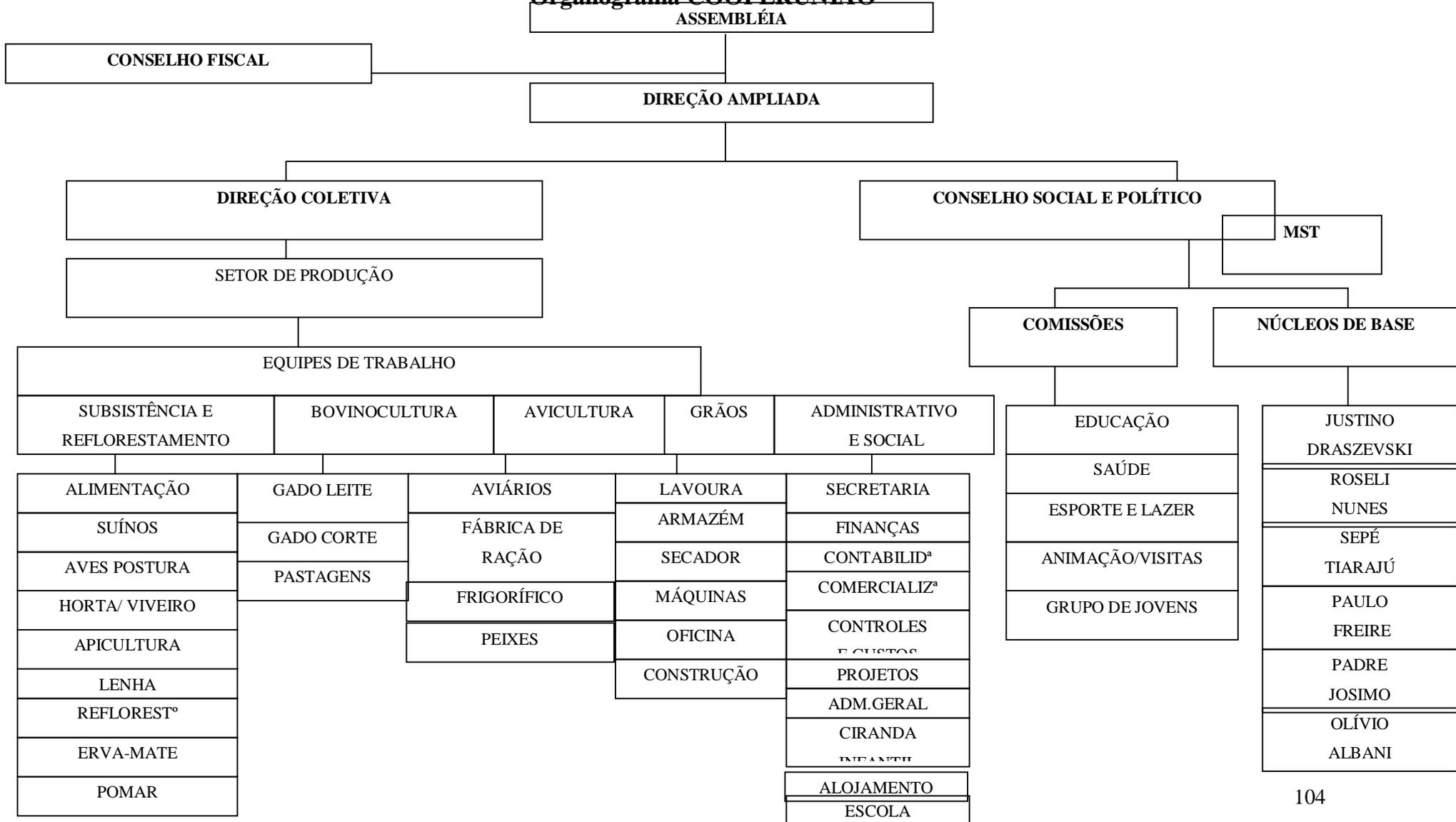
Município	Assentamento	Nº. de famílias	Área (em ha)
Dionísio Cerqueira	Conquista na Fronteira	60	1.198,24
	Gleba União	45	1.093,00
São José do Cedro	Imperatriz e São Mateus	81	1.264,61
	21 de novembro	28	395,44
São Miguel do Oeste	26 de outubro	30	374,87
	08 de março	25	341,07
Paraíso	Três Passos	50	725,24
Anchieta	Sanga Azul	12	213,32
	Aparecida	15	225,98
Romelândia	Rosário	18	278,19
Campo Erê	Itatiba	50	1.100,00
Palma Sola	São Luiz I	08	75,36
	São Luiz II	23	271,11
Bandeirante	Bandeirante	09	168,17
Barra Bonita	25 de maio	21	255,45
Total dos 15 assentamentos		466	7.980,5

ANEXO II:
Organograma COOPEROESTE

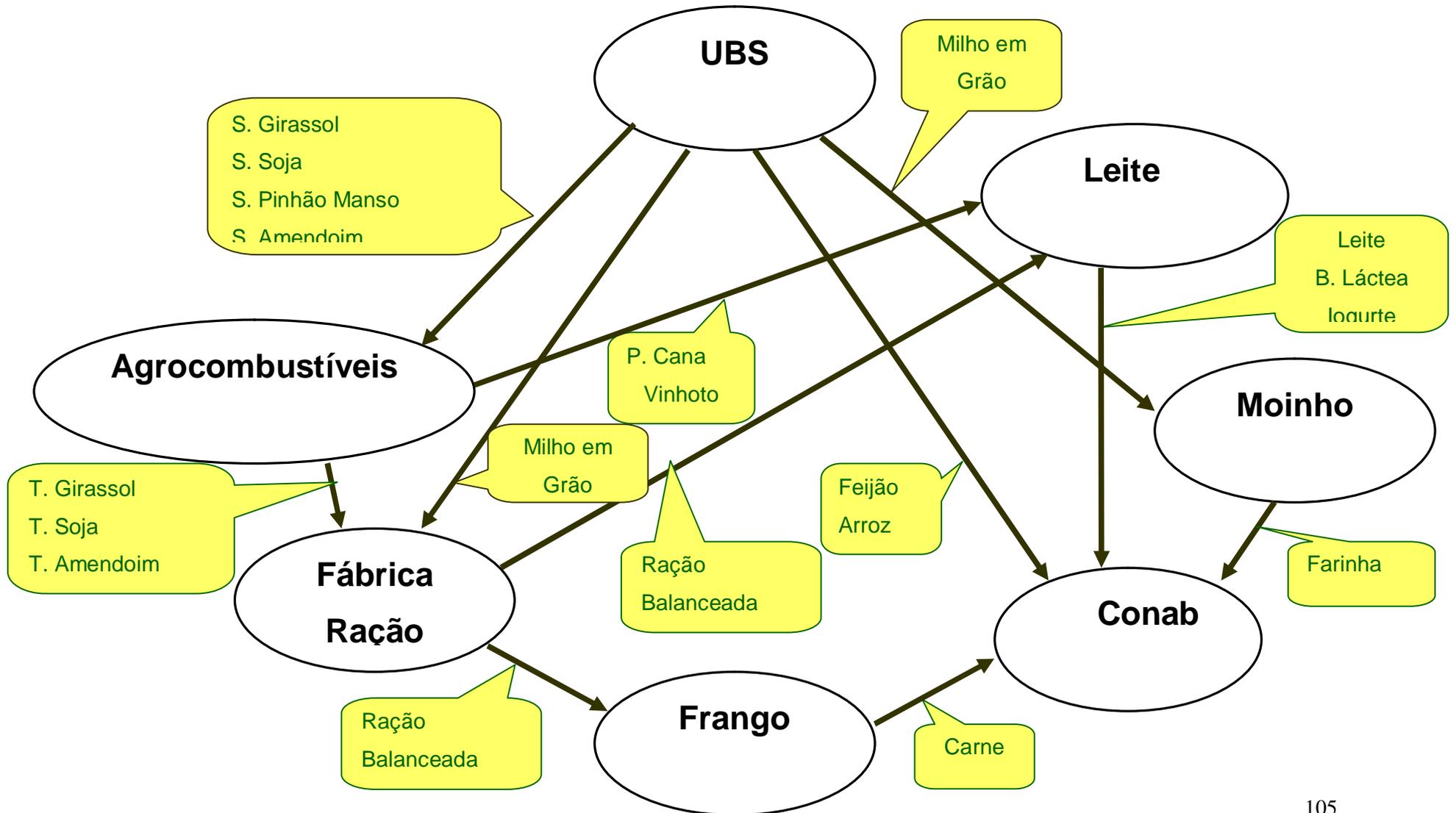


ANEXO III:

Organograma COOPERUNIÃO



ANEXO IV:
Diagrama Estratégias Produtivas AEPAC



ANEXO V:
Logomarca – Produtos Terra Viva

